

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE SOCIAL DA REALIDADE INTRAMUROS**

JAMILLE BORGES DE OLIVEIRA

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO**

EM: 01/07/04

Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

JAMILLE BORGES DE OLIVEIRA

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE SOCIAL DA REALIDADE INTRAMUROS**

Florianópolis, junho de 2004.

JAMILLE BORGES DE OLIVEIRA

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE SOCIAL DA REALIDADE INTRAMUROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela professora Maria del Carmen Cortizo.

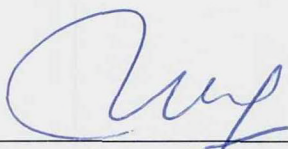
Florianópolis, junho de 2004.

JAMILLE BORGES DE OLIVEIRA

**SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE SOCIAL DA REALIDADE INTRAMUROS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:



Professora Maria del Carmen Cortizo
PRESIDENTE

Professora Carolina Hoeller da Silva
MEMBRO

Assistente Social Simone Lisboa Scheffler Anselmo
MEMBRO

NOTA: 9,5

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por terem acreditado em mim, dando-me um voto de confiança e por terem passado por algumas privações e preocupações durante esta etapa de minha jornada. Acredito que este diploma retribuirá esta confiança, pois passei minha vida toda ouvindo-os dizer que o estudo é a maior herança que poderiam me deixar;

À minha santa Nossa Senhora de Lourdes, que tantas vezes me viu chorar no desespero e nunca me abandonou, abrindo-me o caminho e acalmando minhas angústias;

A meus irmãos, minhas cunhadas e minha afilhada, pelos momentos de lazer e descontração que sempre me deram forças para voltar a Florianópolis e dar continuidade à minha jornada;

À professora Vera Maria Nogueira, que além de uma grande professora é também uma grande amiga que sabiamente aconselhou-me em alguns momentos difíceis;

À minha orientadora, pela orientação a mim conferida;

À minha supervisora de estágio, tenho muito a agradecer, pois no decorrer do período de aprendizado nunca mediu esforços para ensinar-me e auxiliar-me, mesmo quando pedi sua ajuda em cima da hora. Com ela aprendi muito mais que a prática profissional. Aprendi a me apaixonar pela profissão e, acima de tudo, agir sempre de acordo com a ética profissional;

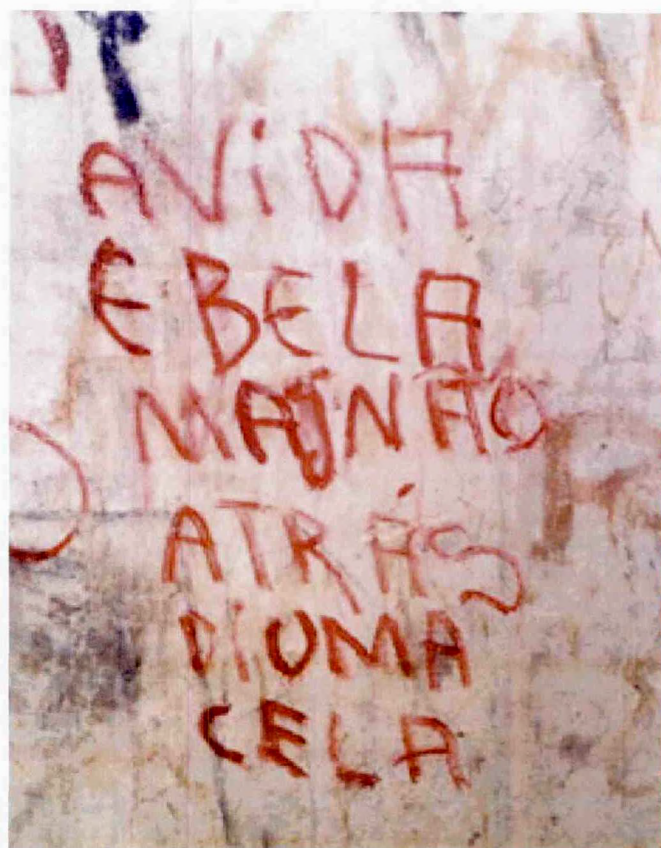
À minha madrinha e meu padrinho, que nas horas em que mais precisei de auxílio estavam sempre prontos a me socorrer. Não fosse por sua ajuda, talvez nem tivesse conseguido concluir o curso;

A minhas primas, que estiveram sempre ao meu lado, apoiando e auxiliando nos altos e baixos da vida acadêmica, pessoal, amorosa e até financeira;

A meus colegas de trabalho e amigos em geral, pelas festas que fizemos e pela compreensão nas diversas vezes em que me fiz ausente para realizar meus estudos;

A todos que, de alguma forma, me ajudaram durante a jornada universitária, o meu

Muito obrigada!



Autor Desconhecido

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo alertar através de uma análise crítica o desrespeito aos direitos humanos frente ao sistema carcerário através de uma análise crítica. Aponta alguns assuntos desde o surgimento dos direitos humanos, passando por filósofos como Hobbes, Locke, Rousseau e Marx, até as características atuais das penas. No segundo capítulo, objetiva-se mostrar as dificuldades enfrentadas atualmente pela população carcerária brasileira. Aborda-se temas como exclusão, reincidência e seus aspectos sociais, o efeito criminógeno do encarceramento, código interno invisível, superpopulação carcerária, as dificuldades enfrentadas pelo mercado de trabalho interno e externo do sentenciado que está atrás grades. Logo após, apresenta-se um perfil dos sentenciados, que cumprem pena em Florianópolis, perfil este traçado durante a realização de estágio curricular obrigatório no Setor de Serviço Social da VEP.

Palavras-chave: **direitos humanos, sistema carcerário, serviço social.**

LISTA DE SIGLAS

AA	- Alcoólicos Anônimos
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS	- Síndrome da Imuno-deficiência Adquirida
CP	- Código Penal
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
DIAP	- Diretoria de Administração Penal
DP	- Delegacia de Polícia
DRT	- Delegacia Regional do Trabalho
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis
FUNAP	- Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
GAPA	- Grupo de Apoio à AIDS
HCTP	- Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
LEP	- Lei de Execuções Penais
NA	- Narcóticos Anônimos
SINE	- Sistema Nacional de Emprego
SS	- Serviço Social
SUS	- Sistema Único de Saúde
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
VEP	- Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	09
SUMÁRIO	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	13
1. Direitos Humanos	14
1.1 Thomas Hobbes e o direito à vida	14
1.2 John Locke e o direito à propriedade	16
1.3 Rousseau e o direito à liberdade	18
2. Crítica de Marx aos direitos humanos	20
3. Direitos humanos e direitos de cidadania	21
4. Histórico do Sistema Carcerário Brasileiro	22
5. Desafio ético-político dos assistentes sociais frente à população carcerária	25
CAPÍTULO II	28
1. Exclusão, reincidência e seus aspectos sociais	29
2. Efeito criminógeno do encarceramento	31
2.1 Fatores materiais	32
2.2 Fatores psicológicos	33
2.3 Fatores sociais	33
3. Código Interno Invisível	34
4. Superpopulação Carcerária	36
5. Mercado de Trabalho e as dificuldades a serem enfrentadas	37
5.1 Trabalho interno	38
5.2 Trabalho externo	41
6. Perfil dos egressos/sentenciados	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO	
A) Lei de Execuções Penais	

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência do Curso de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e traz como título “Sistema Carcerário Brasileiro: uma análise social da realidade intramuros”.

O interesse em abordar o referido tema surgiu durante a prática de estágio curricular obrigatório realizado no Setor de Serviço Social da Vara de Execuções Penais do Fórum de Florianópolis/SC.

Para uma melhor compreensão das situações vivenciadas diariamente pela população carcerária e, conseqüentemente, os problemas instalados no interior do Sistema Carcerário Brasileiro, apresenta-se uma abordagem partindo do desrespeito aos Direitos Humanos. Esses direitos são reconhecidos internacionalmente e garantidos a todos os brasileiros, sejam estes libertos ou encarcerados.

Primeiramente, apresenta-se o histórico do surgimento dos Direitos Humanos utilizando-se de uma breve explanação dos grandes filósofos que impulsionaram este movimento, como Hobbes e o Direito à Vida, Locke e o Direito à Propriedade, Rousseau e o Direito à Liberdade, assim como as críticas marxistas a este movimento. Aborda-se também as diferenças entre Direitos Humanos e Direitos do Cidadão, com o objetivo de melhor esclarecer os pontos difusos nesta relação.

Com a finalidade de relacionar os temas em questão, trazemos um breve histórico do Sistema Carcerário Brasileiro desde seu surgimento até os dias atuais e, para finalizar, neste primeiro capítulo destaca-se a questão do desafio ético-político do Serviço Social frente aos Direitos Humanos da População Carcerária.

O segundo capítulo parte de um enfoque mais prático da realidade Carcerária, trazendo temas diários da vida do sentenciado como a questão da exclusão social, a reincidência criminal e seus aspectos sociais. O efeito criminógeno causado nos sentenciados que cumprem penas longas será destacado em três diferentes fatores: materiais, psicológicos e sociais.

Neste capítulo, também discorreremos sobre o código invisível presente na vivência dos internos, a questão da superpopulação carcerária e as dificuldades a serem enfrentadas no âmbito do mercado de trabalho interno e externo. Salienta-se a importância do trabalho interno dos sentenciados, que sentem-se valorizados e com maior auto-estima, auxiliando no cumprimento de sua pena, bem como na possibilidade de diminuição dessa pena através da remição.

Finalmente, apresenta-se no capítulo acima mencionado um perfil dos sentenciados atendidos durante o desenvolvimento do estágio curricular obrigatório realizado no Setor de S.S da VEP. Neste perfil, é possível realizar um diagnóstico claro das pessoas que cumprem pena e da ineficácia dos órgãos penais na verdadeira ressocialização dos apenados, bem como a falta de políticas públicas que atendam esta população tão marginalizada e excluída. Nas considerações finais, apresenta-se algumas sugestões sobre o tema estudado e algumas possíveis alterações na área.

CAPÍTULO I



AINDA QUE PERCAM SUA LIBERDADE E QUE SE ENCONTREM SOB A CUSTÓDIA DO ESTADO, TODOS OS SERES HUMANOS TÊM DIREITOS FUNDAMENTAIS QUE NÃO PODEM SER VIOLADOS. (TORRES, 2003: 76)

CAPÍTULO I

1. DIREITOS HUMANOS

Estes direitos surgem a partir da problemática entre os interesses individuais e particulares do homem e os interesses comuns da coletividade onde esse homem se insere. Este paradigma transformou-se perante o Estado no que chamamos de Direitos do Cidadão. Mesmo assim, não se obteve ainda nos dias atuais uma resolução para esta questão, dessa maneira forçando os homens a travarem lutas com o objetivo de abolir ou instituir formas de relações sociais e organização política e econômica que atendam tanto os direitos individuais quanto os coletivos.

Os direitos são históricos porque vêm há anos respondendo questões cotidianas da vida do homem como ser social, e dessa forma são positivados. Segundo Marshall, os direitos civis surgiram no século XVIII, os direitos políticos são fruto do século XIX e os direitos sociais fazem parte do legado do século XX.

As primeiras concepções sobre os Direitos Humanos nasceram da doutrina do jusnaturalismo, da obra de filósofos como Hobbes, Locke e Rousseau, que procuraram identificar na natureza humana a existência de direitos inatos ao homem. Essas primeiras concepções de direitos do homem foram duramente criticadas e encontraram forte oposição no pensamento socialista, de tradição marxista.

1.1 Thomas Hobbes: o direito à vida

O modelo jusnaturalista moderno se desenvolveu no século XVII, guiado pelas idéias do inglês Thomas Hobbes, que expõe sua opinião quanto à necessidade de um Poder Absoluto e de

um pacto entre os homens. Ele defendeu também a substituição da igualdade natural por uma forma de igualdade civil.

Para este filósofo, a condição de igualdade presente na natureza humana conduz à semelhança das paixões, que são as mesmas em todos os homens em seu estado de natureza, onde todo homem tem direito a tudo.

O direito de natureza [...] é a liberdade que cada homem possui de usar o próprio poder, a maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida, e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. (RIBEIRO apud BUSSINGER 1997:13).

O objetivo primordial do homem é a preservação da vida, essência primeira e fundamental da própria natureza. No estado de natureza, os homens encontram-se em permanente conflito, pois estão inseguros e movidos por suas paixões. Os homens podem sentir-se ameaçados uns pelos outros, num estado de guerra de todos contra todos.

Por intermédio da razão humana, os homens sacrificam seu direito de fazer tudo o que quiserem, desde que essa regra seja para todos, sem exceções. A razão induz o homem a abandonar a sociedade natural, apesar de achar que "os homens não são capazes de tirar proveito da companhia uns dos outros, quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito" (Idem:13)

Hobbes reconhece que a associação política e a convivência social são necessárias, mas precisam de um poder para coordená-las. Este poder surge quando todos os homens concordam em transferir seu direito de decisão para um homem apenas ou uma assembléia representativa, fazendo assim surgir o Estado, onde o poder do soberano era absoluto, irrevogável, incontestável e indivisível.

Neste momento, o poder é exclusivamente do soberano, pois o súdito lhe transferiu todo o seu poder decisório, toda a sua força e qualquer ato seu que deponha contra a soberania deste

poder o tornará autor de seu próprio castigo. Aos súditos que estão sob este poder nada ou quase nada será possível. Não se pode ter autonomia, nem propriedades, pois tudo pertence ao soberano que faz a distribuição conforme sua vontade.

Importante ressaltar que, apesar de ver os homens como súditos e não como cidadãos, Hobbes foi o primeiro a defender o direito à vida, defender como um direito inviolável e sagrado contra o perigo da morte sempre iminente num estado próprio de natureza.

1.2 John Locke: o direito à propriedade

Locke, um pensador inglês que viveu no século XVII, também compartilhou da doutrina jusnaturalista e escreveu sobre o Estado de natureza e os direitos naturais. Porém, para este filósofo, ao contrário do anterior, o estado de natureza era de relativa paz, concórdia e harmonia.

Os homens, orientados pela razão natural que rege as leis fundamentais, concordam quanto à necessária igualdade e reciprocidade entre eles. Se todos tiverem em situação de igualdade, se nenhum tiver mais do que o outro, não haverá subordinação ou sujeição, nenhum homem poderá prejudicar o outro no que é eminentemente humano: a vida, a liberdade e as posses.

Para Locke, o estado de natureza não se pautava por uma sociedade negativa, pelo contrário, tinha uma consciência positiva e se pautava nas trocas econômicas, onde os homens participavam como trabalhadores e proprietários.

No estado de natureza, a propriedade era vista como algo anterior à sociedade, e portanto um direito natural que não poderia sofrer intervenções da sociedade política ou estado civil. Mas a propriedade tão defendida por Locke é compreendida como um bem natural e inalienável do ser humano, é um direito fundamental do qual decorrem os demais direitos do indivíduo. Com suas próprias palavras:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa (...) o trabalho do seu corpo e a obra de suas mãos são propriamente seus". (MELLO apud BUSSINGER 1997:15)

Locke justifica a propriedade da terra através do trabalho do indivíduo. O homem não pode possuí-la de quantidade tal que não seja por meio de seu trabalho, pois o trabalho é fundamento originário da propriedade, logo, o limite de propriedade fica fixado pela capacidade de trabalho de cada um, para não se apropriar de mais do que pode consumir para, dessa forma, deixar uma parte natural para que os outros possam se aproximar também.

Nessa sociedade torna-se imperativo doar o que for excedente a sua força de trabalho para não prejudicar o seu semelhante. Mas com o tempo o trabalho deixa de ser o único fundamento para a propriedade. O direito natural de propriedade passa a não ter mais limites naturais.

[...]é evidente que os homens concordam com a posse desigual e desproporcionada da terra, tendo descoberto, mediante o consentimento tácito e voluntário, a maneira de um homem possuir lícitamente mais terra do que aquela cujo produto pode utilizar, recebendo em troca, pelo excesso, o ouro e a prata que pode guardar sem causar dano a terceiros (...). Os homens tornam praticável semelhante partilha em desigualdade de posses particulares fora dos limites da sociedade e sem precisar de pacto, atribuindo valor ao ouro e à prata, e concordando tacitamente com respeito ao uso do dinheiro (...). (Idem:16)

A convenção que resultou no dinheiro tornou possível a passagem do homem, de proprietário de seu próprio trabalho, para proprietário do trabalho alheio, e a propriedade, que era limitada e fundamentada na capacidade de trabalho de cada um, com o advento do dinheiro, passa a ser ilimitada e pode agora ser adquirida pelo instituto da compra, troca ou permuta entre homens livres e proprietários de bens.

Para este filósofo, a propriedade privada é responsável pelo início da desigualdade de posses. A riqueza de alguns, a acumulação, a desigualdade social procedem, pois, da introdução do dinheiro nos contextos das relações sociais.

Se em Hobbes o homem é um súdito do soberano, Locke abre-lhe o primeiro patamar a partir do qual pode se reconhecer como portador de direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à resistência contra a opressão e a tirania. Pode-se assim atribuir a Locke o que podemos chamar de os primeiros direitos humanos que contemplam o homem como cidadão.

1.3 Jean-Jacques Rousseau: o direito à liberdade

As idéias de Locke chegaram à França num ambiente favorável para a sua difusão. Rousseau ampliou a sua concepção de Liberdade Natural em seu livro *O Contrato Social*:

Os homens nascem livres e iguais; sua liberdade lhes pertence e ninguém, senão eles, tem direito de dispor dela (...). Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos de humanidade e mesmo de seus deveres. (NASCIMENTO apud BUSSINGER, 1997:19)

A liberdade é o primeiro e o mais fundamental direito natural do homem, este filósofo procurou identificar fatos e episódios que levaram à degeneração do estado de natureza e tornaram insuportável a convivência social neste estágio. Considera a invenção da Propriedade Privada responsável pela miséria humana, e para expor seu ponto de vista diz: “ O primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: “Isto é meu!”, e encontrou pessoas bastante simples para crê-lo, sendo o verdadeiro fundador da sociedade civil”.

Para Rousseau, no estado de natureza o primeiro sentimento do homem foi o de sua existência, seu primeiro cuidado, o de sua conservação. Este homem é ocioso por natureza e só agita para satisfazer suas necessidades naturais pois só tem duas paixões fundamentais: o desejo de conservar-se, e certa piedade face aos sofrimentos de outros de sua espécie.

Não é a razão natural que orienta os atos do homem no estado de natureza, mas a liberdade da vontade, característica que o distingue dos outros animais e ocupa o lugar da racionalidade. A liberdade do homem nesse estágio da humanidade se expressa nas suas escolhas.

Os obstáculos que precisa vencer o remetem a pensar, comparar, usar todos os seus sentidos, escolher, eleger preferências, fazer juízos e deliberar.

Com a convivência em grupo se fez necessário o uso de uma linguagem entre os homens, o que contribuiu para a transmissão do aprendizado natural à espécie. Este contato cotidiano também trouxe consigo os conflitos, sentimentos de raiva e vingança entre os homens. Diz Rousseau:

Na medida que cada um punia o desprezo com que lhe dispensavam, proporcionalmente à importância que se atribuía, as vinganças tornavam-se terríveis e os homens sanguinários e cruéis. Eis precisamente o grau a que chegava a maioria dos povos selvagens que conhecemos”. (Idem: 21)

Com o advento da propriedade privada, o homem se diferenciara dele mesmo. Embora pareça senhor, é um escravo. Ampliou suas necessidades e virou escravo delas. A ambição o devora e faz com que os homens se prejudiquem uns aos outros. A igualdade rompida fez surgir um conflito perpétuo, um estado de guerra.

Com todas essas transformações ocorridas o homem passa a ter um efeito miserável sobre si mesmo. Antes dedicava-se a si próprio, e agora vive para os demais, não só porque depende dos outros homens, mas porque sua ganância não obedece mais limites.

Rousseau, radical defensor da liberdade, prevê uma comunidade política, nascida do contrato social, no qual o povo é soberano, sendo esta soberania inalienável. Este filósofo trabalhou em favor de um ideal de sociedade, fundado em princípios universais, no qual predomina a liberdade, a igualdade e o bem-estar de todos, onde os interesses individuais não se sobrepõem aos interesses da vida coletiva.

A obra *O Contrato Social* serviu como uma fonte de inspiração direta da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, porém cometeu um erro grave, pois nas idéias expostas em sua

obra possibilita usos de manuseio fácil a uma política totalitária e por isso essa obra continua até hoje sendo uma das mais criticadas pela filosofia política.

A fim de que o pacto social não represente um formulário vazio, ele abrange tacitamente este compromisso, o único que poderá dar força aos outros: aquele que recusar obedecer a vontade geral será a ela constrangido por todo um corpo; o que significa senão que o forçarão a ser livre, pois é essa a condição pela qual cada cidadão, desde que a entregue à pátria, se garante contra qualquer dependência pessoal. (Idem:23)

Rousseau acreditou que, com essa limitação e esse constrangimento, poderia garantir a decência do gênero humano e que a vontade geral é moral por si mesma. Seu erro foi o de querer que um direito, o da liberdade, fosse convertido num dever.

2. A crítica de Marx aos Direitos Humanos

A propriedade privada aparece como a base primordial a partir da qual os demais direitos são instituídos. Logo, se a propriedade é a condição que dá fundamento aos direitos do homem, a divisão social entre proprietários e não proprietários exclui estes últimos do gozo dos direitos. Os direitos formais, no plano real, estão condicionados à agressividade dos homens que, em nome de seus “direitos inalienáveis e imprescritíveis”, transformam outros homens em meios seus, sem qualquer pudor moral.

Podemos então dizer que os direitos proclamados na Declaração de 1789 foram definidos pelo molde dos direitos do homem burguês. A partir disso podemos entender as insuficiências encontradas para contemplar a emancipação social. A igualdade e a liberdade prometidas a todos os homens transformam-se em uma ilusão da emancipação política. Marx considera a afirmação de tais direitos a fonte e a expressão da desumanização do homem.

Para este filósofo, a verdadeira emancipação humana implica na emancipação política, mas a supera, pois se realiza no âmbito da emancipação social, ou seja, no âmbito da revolução

do proletariado. Este é o fator decisivo para que tenha início uma nova etapa de convivência social, uma nova época para o homem, fundada na supressão da propriedade privada dos meios de proteção e na abolição das diferenças sociais entre proprietários e não proprietários, de cuja distinção se nutre a divisão da sociedade em classes sociais.

3. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania

A concepção de Direitos Humanos nos traz tacitamente concepções de direitos do cidadão, pois ambos entendem o homem como portador de direitos dentro de determinada sociedade. “Homem e cidadão, portanto, se encontram em uma mesma pessoa, e os direitos de um (do homem) são inseparáveis dos direitos do outro (do cidadão)”. (BUSSINGER, 1997:40)

Os direitos do homem surgiram fundamentando-se na primazia do homem, ou seja, os Direitos Humanos são anteriores à sociedade ou a qualquer entendimento de Estado. São direitos fundamentais e individuais, os quais deveriam ser respeitados, pois todo e qualquer ser humano torna-se portador de tais direitos independente de sua religião, credo, cor, raça ou classe econômica ou social. Segundo Marx (1975:30): “Os chamados Direitos Humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, nada mais são do que direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, separado do homem e da comunidade” .

Assim sendo, podemos então dizer que os direitos do cidadão, são os Direitos Civis, posteriores ao advento da sociedade e do Estado. Estes direitos vêm regulamentar a vida comunitária, colocando regras igualitárias a uma sociedade que vive em estado de guerra, uns contra os outros, na busca pelo poder. Os direitos civis têm como objetivo proteger a liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e a liberdade econômica dos indivíduos singulares. O desrespeito aos Direitos Humanos é algo conhecido e debatido todos os dias, tanto pelos estudiosos quanto pela mídia.

4. Histórico do Sistema Carcerário Brasileiro

Remonta-se que em todos os tempos do desenvolvimento da civilização havia indivíduos que, de formas diversas, perturbavam a paz social e das pessoas que faziam parte desta sociedade, e, conseqüentemente, na tentativa de controlar tal situação eram estabelecidas punições a esses delinqüentes.

As punições eram denominadas penas e consistiam em uma sanção aplicada ao infrator, em decorrência da qual este perdia ou passava a ter restrições de seus bens jurídicos, em retribuição a sua conduta e para prevenir novos atos ilícitos. (DOTTI, REALE JR., TOLEDO, 1999)

Cesare Beccaria, em sua grande obra *Dos Delitos e das Penas*, ao buscar a origem das penas e do direito de punir, assim expôs:

Fatigados de viverem apenas em meio a temores e de encontrar inimigos em todas as partes, cansados de uma liberdade cuja incerteza de a manter tornava inútil, sacrificaram uma parte dela para usufruir o restante com mais segurança. A soma dessas partes de liberdade, assim sacrificadas ao bem geral, constitui a soberania na nação; e o encarregado pelas leis como depositário dessas liberdades e dos trabalhos da administração foi proclamado o soberano do povo. Não era suficiente, contudo, a formação desse depósito; era necessário protegê-lo contra as usurpações de cada particular, pois a tendência do homem é tão forte para o despotismo que ele procura, incessantemente, não só retirar da massa comum a sua parte de liberdade, com também usurpar a dos outros. Precisavam-se de meios sensíveis e muitos poderosos para sufocar esse espírito de despotismo, que logo voltou a imergir a sociedade em seu antigo caos. Tais meios foram as penas estabelecidas contra os que infringiam as leis. (BECCARIA, 1991:19)

Quando a prisão converteu-se na resposta penológica principal, especialmente a partir do século XIX, acreditou-se que poderia ser um meio adequado para conseguir a reforma do homem. Já no século XX esse objetivo reformista denominou-se "reabilitação ou ressocialização" do delinqüente. (BITENCOURT, 1993:125)

Seguindo este contexto, tem-se conhecimento de que desde a Antigüidade utiliza-se a pena de prisão como sanção aos infratores da norma penal, muito embora em cada país e em cada época do desenvolvimento da sociedade mundial tenha sido prevista com objetivos diversos, bem como aplicada de forma totalmente diferente da que se verifica na atualidade.

Primeiramente, a punição objetivava a vingança privada, onde vigorava a “lei do mais forte, do que detinha maior poder, que não encontrava limites para o alcance ou forma de execução da reprimenda que entendia em aplicar, aí incluída a morte, a escravização, o banimento, quando não atingia toda a família do infrator”. (MARTINS, 1999) ([internet](#))

Posteriormente, a punição passou a ter um caráter divino, denominando-se este como o período da vingança divina, ou seja, buscava-se em nome de uma divindade regenerar e purificar a alma do delinqüente.

Na Idade Média, essas sanções restaram caracterizadas por um direito ordálico. A divindade, invocada diretamente pelo imputado ou pelo sacerdote, emitia sua sentença através de uma prova, sendo que, se o resultado fosse favorável ao acusado, este seria considerado inocente, do contrário, se fosse desfavorável, restaria confirmada a sua culpabilidade. No mais, nesse período, a influência penitencial canônica contribuiu para o surgimento do isolamento celular, o arrependimento e a correção do delinqüente.

No entanto, com o passar do tempo, as penas passaram a garantir a segurança do próprio Estado, através da aplicação de sanções rigorosas e desumanas aos criminosos, e, assim sendo, este período foi considerado como sendo de vingança pública. (MARTINS, 1999) ([internet](#))

A privação da liberdade de ir e vir do indivíduo considerado culpado por infringir normas de conduta, imposta para manter a ordem pública, tinha por objetivo garantir a aplicação da pena corporal que era cominada ao delinqüente, como por exemplo, maus tratos físicos e a pena de morte.

Por fim, na Idade Moderna, em especial na Europa, durante os séculos XVI e XVII, houve um grande aumento da delinquência, surgindo assim a necessidade do desenvolvimento da pena de prisão e de criação e construção de prisões organizadas, iniciando-se, em virtude do rigor das punições, o período humanitário, decorrente do desagrado de muitos estudiosos e pensadores da época, bem como da própria sociedade, a qual encontrava-se assustada com o aumento gradativo da criminalidade, e, igualmente com a forma punitiva empregada. (MARTINS, 1999)

Com relação às penas, disse da impossibilidade da implementação de punições que atinjam direitos não cedidos pelos cidadãos à sociedade, repudiando as penas de morte e cruéis; disse da necessidade das leis estipularem as penas, evitando-se o arbítrio judicial; repudiou as penas de confisco, as quais transcendem à pessoa do condenado, assim como as infamantes, propugnando que as penas não fossem utilizadas somente para intimidação, mas para recuperar o delinquente. (BECCARIA, 1991)

No entanto, a propalada panacéia que se tornou a pena de prisão nos primórdios do século XIX, quando passou a ser considerada a principal sanção penal, objetivando a reforma do delinquente e sua preparação ao retorno à vida em sociedade, com o passar do tempo e por motivos diversos, “caiu por terra”.

Segundo Cezar Roberto Bitencourt, durante muitos anos imperou um ambiente otimista, predominando a firme convicção de que a prisão poderia ser um meio idôneo para realizar todas as finalidades à pena e que, dentro de certas condições, seria possível reabilitar o delinquente. Esse otimismo desapareceu e atualmente predomina uma certa atitude pessimista, que já não há muitas esperanças sobre os resultados que se possa conseguir com a prisão tradicional. (BITENCOURT, 1993:125)

A crise que se instaurou sobre o Sistema Penal e Prisional Brasileiro trouxe consigo um descrédito da eficácia das Penas Privativas de Liberdade, abrangendo assim seu caráter

ressocializador, visto que grande parte das críticas e questionamentos que se faz a prisão, referem-se à impossibilidade de se obter algum efeito positivo sobre o apenado.

A prisão concebida pelos reformadores progressistas do sistema penal no século XIX como lugar de meditação e arrependimento interior, nos moldes de outra instituição total, o convento, não parece cumprir suas funções de regeneração dos homens que para ali são encaminhados pela justiça dos homens, se nos fiamos no que os próprios prisioneiros dizem. Na sua visão, a prisão é, de fato, o lugar onde se completam os circuitos da revolta por ser pobre, do aprendizado do crime e da aquisição de vícios pelo ócio.

5. O desafio ético-político dos assistentes sociais frente aos Direitos Humanos da população carcerária

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil vivenciou uma forte violação dos Direitos Humanos por conta da ditadura militar, tornando-se assim alvo de lutas e denúncias de movimentos sociais e políticos de oposição. Mesmo com a democratização que se inicia a partir dos anos 80, permanecem os problemas com o desrespeito aos Direitos Humanos de toda a sociedade excluída social, econômica, politicamente e culturalmente.

O assistente social que atua num campo sócio-jurídico tem por objetivo confrontar-se com a realidade das prisões brasileiras de modo ético e crítico. Por meio dessa reflexão ética sobre os valores e princípios que devem aderir em suas ações, os profissionais agem de forma competente política e teoricamente em suas práticas imediatas e futuras, de modo à tentar superar este sistema violador incessante dos direitos humanos.

A violação dos direitos humanos dos presos é, portanto, parte de uma ideologia de permanentes violações dos direitos dos segmentos excluídos na sociedade brasileira. O sistema carcerário, em suas ineficiências, reproduz o descaso com a propositura de políticas sociais na atual conjuntura do Estado brasileiro bem como a falta de vontade pública dos governos de caráter neoliberal para o enfrentamento da desigualdade social. (TORRES, 2003:91)

O tema tem ganhado a cada dia que passa mais espaço na mídia e por conseqüência, na opinião pública. Um sistema que apresenta sérios problemas e sobrevive caoticamente, com constantes violações dos Direitos Humanos de milhares de homens e mulheres presos. Esta situação é reflexo de ausência de uma política institucional em nível nacional, que estruture novos parâmetros e objetivos para o sistema penitenciário além da segurança e encarceramento.

O Estado e a sociedade brasileira vêm há anos tentando implementar políticas alternativas de combate à situação atual, mas para atingir estes objetivos precisam ocorrer várias mudanças. Primeiramente, a prevalência de um modelo encarceratório como única forma de execução penal, ignorando os ótimos resultados alcançados nos últimos anos com as penas alternativas.

São péssimas as condições de vida oferecidas nos presídios e constantes as alegações de falta de verbas e recursos governamentais para a atenção à assistência mínima aos presos. São inúmeros os episódios de torturas e maus tratos cometidos muitas vezes pelos agentes prisionais, e outras pelos próprios internos diante de vistas grossas dos agentes, gerando assim um código interno invisível.

Há ausência de uma política penitenciária diante do modelo encarceratório punitivo, a superlotação das celas, os altos índices de reincidência criminal, o estigma do preconceito, a ausência de uma política pública voltada para o atendimento aos egressos prisionais, muitas das vezes fora do controle do poder público, como podemos facilmente perceber através das rebeliões e fugas em massa.

O Serviço Social é capacitado para intervir no conjunto das relações e nas expressões da questão social, porém, enfrenta hoje no campo do sistema penitenciário o desafio de defender os Direitos Humanos e fundamentais de cidadãos esquecidos pelo Poder Público, de forma a respeitar as regras institucionais e as leis que as regem, como um desafio ético onde não se conhece exatamente suas limitações.

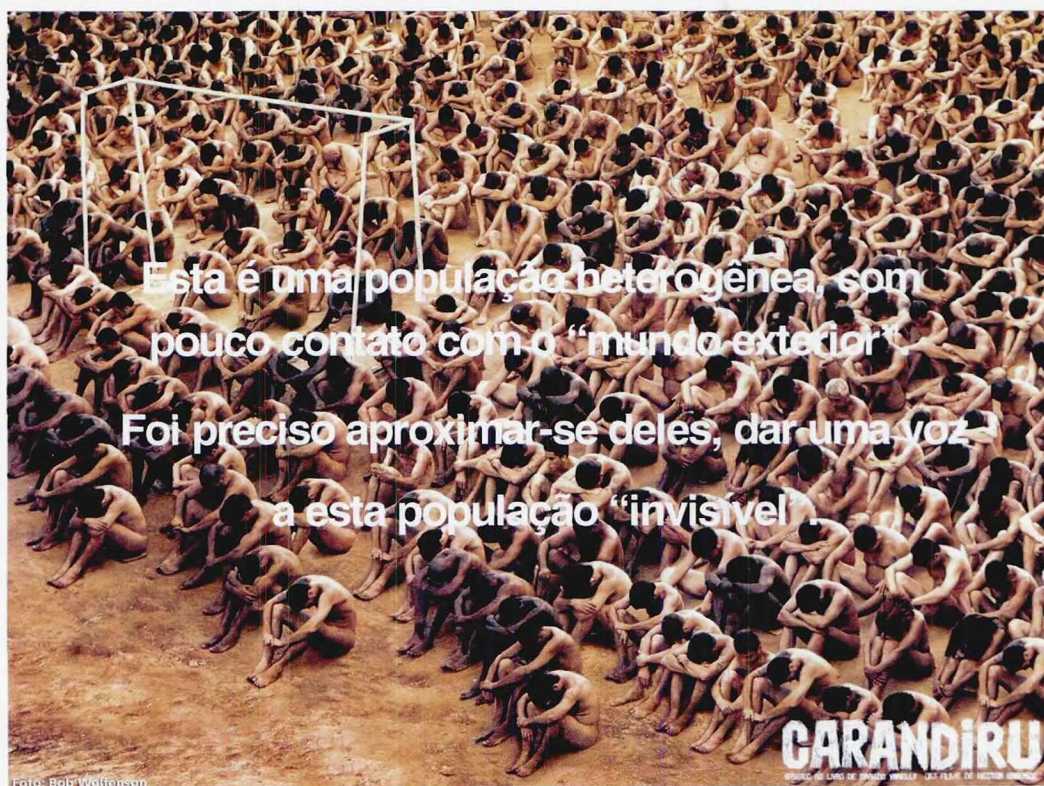
Para compreendermos estes assuntos, precisamos fazer uma análise da conjuntura social, econômica, política e cultural do país pois estes fatores refletem um retrato fiel da questão social numa sociedade desigual e repleta de exclusão social.

O sistema prisional, em sua estrutura desumana, expressa também a falta de vontade política e a incapacidade dos atuais governos de encaminhar soluções para os problemas brasileiros. Os órgãos gerenciadores e propositores de formação e implementação de políticas e programas deste sistema apoiam as idéias do assistente social, valorizando assim a contribuição do profissional nas mudanças necessárias na instituição.

[...] no próprio trabalho cotidiano, os profissionais podem estabelecer estratégias profissionais e interdisciplinares, por meio do empenho, do compromisso, da criatividade inovadora e, principalmente, da competência técnica, teórica e política, propondo mudanças ou afirmações necessárias às suas atribuições profissionais no sistema carcerário. (TORRES, 2003:91)

Assim sendo, dentre muitos fatores que colaboram para a falência do sistema prisional, para efeitos desta análise estudaremos estes efeitos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II



ESTAÇÃO CARANDIRÚ
DRÁUZIO VARELLA

CAPÍTULO II

1. Exclusão, reincidência e seus aspectos sociais

Certamente não teríamos como estudar o universo prisional sem falar em exclusão social, que é onde tudo começa, ponto este unânime entre os estudiosos da área. A exclusão social é uma expressão da questão social na realidade brasileira, onde a violência vem se desenvolvendo de forma capaz de transformar os cidadãos trabalhadores em "delinqüentes irrecuperáveis" aos olhos da população.

Pode-se dizer que a negação dos direitos sociais é um dos maiores agravantes da exclusão, onde os direitos dos cidadãos comuns são vilipendiados nas relações sociais instituídas com os detentores dos meios de produção, e este é um dos maiores focos do trabalho do assistente social, aprender a conviver e lidar com situações de exclusão que direta ou indiretamente estão sempre ligadas à questão econômica.

Antes de estudar os aspectos sociais precisamos entender o que chamamos de reincidência. Nos dicionários jurídicos encontramos a reincidência definida da seguinte forma: "Ocorre quando o comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior". Considera-se reincidente o sentenciado que comete um novo crime e recebe uma nova condenação num período inferior a cinco anos do cumprimento da última pena.

Alguns dos homens que cumprem pena acabam por perder os vínculos com o mundo fora das grades de uma forma que acham mais fácil se adaptarem à vida dentro do estabelecimento penal. Dessa forma, ao reincidirem sentem-se como se estivessem retornando ao mundo do qual pertencem e do qual realmente fazem parte.

Ao sair do cárcere, após o cumprimento de uma pena mais ou menos longa, o sentenciado nada mais tem em comum com o mundo que o segregou: seus valores não são idênticos, como diversas são suas aspirações, os seus interesses e objetivos. A volta a prisão funciona como retorno ao lar, e assim se perpetua o entra e sai da cadeia. (PIMENTEL apud SIQUEIRA 1991:69)

A não aplicação da Lei de Execuções Penais e o caos no sistema Penal Brasileiro são fatos conhecidos para os pesquisadores da área. A imprensa tem publicado muita coisa sobre o assunto nos últimos tempos, criando assim muita polêmica e indignação na população em geral, porém, a repetição dos fatos não tem mudado o quadro. Ao contrário, a inexistência de políticas e leis voltadas aos sentenciados vem exacerbando os problemas.

O elevado índice de reincidência é outro aspecto que depõe contra a exacerbada utilização da pena privativa de liberdade, apesar desta possuir objetivo reabilitador. Constatase que geralmente o indivíduo se torna reincidente em razão do que vivenciou no período em que se encontrou segregado, ou seja, uma realidade violenta e opressiva.

O indivíduo, ao ser retirado do convívio social e passando a conviver com outros sentenciados, muitas vezes de alta periculosidade, comumente se “especializa” na prática de delitos e enquanto encarcerado vê suas expectativas de vida frustradas, fato este que contribui para que ao retornar a sua vida em sociedade, cometa novos delitos. Essa situação torna-se ainda mais reprovável em relação aos considerados de baixa periculosidade e aos condenados às penas mínimas, por delitos considerados leves.

No entanto, não se pode atribuir exclusivamente ao fracasso do sistema prisional os altos índices de reincidência, sendo que da mesma forma contribuem outros fatores de ordem pessoal e social. Ademais, cabe ressaltar que o condenado, após cumprir a pena privativa de liberdade, ao tentar novamente se inserir na sociedade, enfrenta várias dificuldades. Entre elas podemos destacar: dificuldades psicológicas, dificuldades de reintegração à vida social, dificuldades de reinserção no mercado de trabalho e consequentemente dificuldades econômicas e financeiras.

No entanto, todos esses obstáculos enfrentados pelos sentenciados que cumpriram pena privativa de liberdade podem resumir-se no preconceito social, sendo que já saem intitulados como “ex-presidiários”, o que dificulta muito o seu reingresso na sociedade, pelo estigma.

Esse preconceito reforçado pelo sentimento de impotência frente a um mundo que já lhes parece tão distante, uma sociedade e um mercado de trabalho que claramente os afasta e diante da necessidade de suprir com suas obrigações de provedor, seja da família ou apenas de si próprio, o sentenciado acaba por optar por meios que lhe são familiares, como o narcotráfico ou alguma outra atividade ilícita, que é onde ele tem contatos e onde a sua experiência na prisão, diferentemente do mercado formal, pode ser um diferencial positivo para a aceitação do "emprego" que lhes é oferecido.

Ao estar de posse da sua remuneração, já com parte de sua estima reerguida e parte do respeito da família reconquistado por estar desempenhando seu papel de “homem da casa” acaba por entrar novamente no “círculo do crime”, onde frequentemente se vê envolvido.

2. Efeito criminógeno do encarceramento

Segundo Cezar Roberto Bitencourt (1991:136), denominam-se Efeito Criminógeno as consequências de situações vivenciadas dentro do Sistema Carcerário durante o cumprimento da pena. Considera-se que a prisão em vez de freiar a incidência de crimes parece estimulá-la, além de não trazer benefício nenhum ao apenado, pelo contrário, possibilita um contato mais próximo com o mundo do crime. Alguns desses homens vindos de uma infância institucionalizada, ao terem contato com sentenciados autores de crimes bárbaros, acabam se especializando dentro do cárcere.

Porém, convém ressaltar que a experiência na prisão não exerce a mesma influência sobre cada recluso, em geral, os sentenciados ocasionais ou acidentais resistem às influências da população carcerária. Fato esse, utilizado para justificar o uso indevido de uma Pena Privativa de Liberdade de curta duração, ignorando os excelentes resultados obtidos pelas Penas Restritivas de Direitos. De outra parte insiste-se em que o retorno ao mundo do crime não deve ser associado tanto a experiência em prisão mas à personalidade do sujeito (BITENCOURT, 1991:138).

Diante da rápida transformação da sociedade, a maioria dos fatores que dominam a vida carcerária imprimem a esta um caráter crimínógeno.

Um homem, por exemplo, que no início do século fosse condenado a cinco anos de prisão, talvez, diante das condições da época, pudesse ser mais facilmente incorporado ao trabalho e à vida social: porém, na atualidade, cinco anos podem significar uma segregação muito prolongada, que provavelmente impedirá a ressocialização do delinqüente. (...) na sociedade moderna a imposição de uma pena de cinco anos a uma pessoa pode ter efeitos tão negativos em termos ressocializadores quanto os que existiam quando se impunha uma pena de vinte anos, na primeira metade do século. (BITENCOURT, 1991:138)

O isolamento de um homem, privando-o da vida em sociedade, mesmo que seja isolado em condições luxuosas, é um dos efeitos mais graves da pena privativa de liberdade, trazendo danos irreparáveis a pessoa é impossível pretender que esta pena ressocialize através da exclusão e do isolamento. Para uma melhor entendimento desse efeito criminológico, Bittencourt divide essas conseqüências em três fatores: materiais, psicológicos e sociais.

2.1 Fatores materiais

A prisão exerce efeito negativo sobre a saúde dos internos por ocasião das condições insalubres dos alojamentos, que facilitam o desenvolvimento de doenças como a tuberculose e o agravamento das enfermidades causadas pelo vírus HIV. A falta de medicamentos pertinentes a cada caso, sendo todos tratados com ácido acetil salicílico (aspirina), independente de qual seja o problema apresentado.

Mesmo nos estabelecimentos penais mais bem conservados, onde os prejuízos à saúde do interno não são tão graves, ainda assim, podem apresentar algum dano físico ao apenado pois geralmente não há uma distribuição adequada do tempo dedicado ao ócio, ao trabalho, ao lazer e ao exercício físico.

2.2 Fatores psicológicos

A prisão, dentre os diversos danos que produz, é um lugar onde se dissimula e se mente com muita frequência. O costume de mentir cria um automatismo de astúcia e de dissimulação que dá origem aos delitos internos, os quais, em sua maioria são praticados com artimanhas e cumplicidade dos agentes prisionais. Este comportamento cria uma delinquência capaz de aprofundar no recluso suas tendências criminais, trazendo como conseqüências a formação de associações delitivas e a aprendizagem e o amadurecimento do crime.

2.3 Fatores sociais

A segregação de uma pessoa no seu meio social ocasiona uma desadaptação tão profunda que resulta na difícil tarefa de conseguir se reinserir na sociedade novamente, especialmente nos casos de pena superior a dois anos. Esta segregação sofrida, bem como a chantagem que poderiam fazer os antigos companheiros de cela, podem ser fatores decisivos na definitiva incorporação ao mundo criminal.

Mesmo levando em conta estes fatores, não podemos ignorar o fato de que sob o ponto de vista científico não se chegou a estabelecer com exatidão, o alcance que pode ter a influência da prisão como um fator criminógeno. Ainda não se chegou a uma conclusão de até que ponto a convivência no meio carcerário influencia na personalidade do recluso. Embora seja evidente que o ambiente carcerário exerce uma influencia prejudicial sobre o recluso, ao não se saber com exatidão o alcance e limite de tal influência não será possível chegar a conclusões definitivas.

3. Código interno invisível

O anacronismo do Judiciário, o descumprimento das Leis de Execuções Penais e o caos que se instalou sob o sistema penal brasileiro são profundamente conhecidos por pesquisadores que atuam nessa área e também pela imprensa, fazendo assim com que a sociedade em geral tome conhecimento da situação.

Porém, ao contrário do que se esperava, este conhecimento nos parece inútil, pois com o passar do tempo vêm se acumulando cada vez mais os problemas, a inexistência de políticas na área da justiça vem exacerbando este caos. O resultado desta situação e o agravamento diário das dificuldades enfrentadas fizeram da prisão o que os próprios internos se referem por a "A Universidade do Crime".

O convívio social que é partilhado na prisão faz com que se conviva não apenas com o exercício da violência, mas também com sua produção e reprodução. É necessário portanto que se desvende o intrincado das relações sociais mediado nas práticas institucionais e as práticas cotidianas dos internos dessas instituições. (CASTRO, 1993:49)

Através de artigos sobre o assunto e depoimentos dos próprios sentenciados, tem-se conhecimento de que são comuns as práticas de espancamentos, torturas, maus-tratos, sem falar na precariedade das condições de vida e de trabalho, a ausência de assistência jurídica e social e enfim todas as infinitas arbitrariedades e suplícios que embrutecem e tornam os tutelados das prisões seres desumanizados.

Mais difícil que tentar identificar as formas de violência aplicadas pela instituição é identificar às práticas de dominação que se dão entre a população carcerária, visto que para os agentes prisionais é mais vantajoso fazer vistas grossas tornando assim mais fácil de identificar no interior da massa carcerária alguns internos para a reprodução de dominação em troca de vantagens pessoais, do que tentar ter o controle sobre todos os detentos mesmo porque

geralmente o quadro de funcionários é sempre reduzido pela falta de verba para pagamento destes.

Dessa forma, a situação de encarceramento faz com que o indivíduo se habitue a novas situações para sua própria sobrevivência. O interno precisa aprender a lidar, tanto com o autoritarismo da instituição, quanto dos companheiros mais antigos que são considerados autoridade também dentro desse “novo mundo” em que ele está inserido agora. As regras desse sistema são dadas, mas as do convívio cotidiano ele mesmo precisa descobrir. A construção da experiência no sistema penal implica na escolha de estratégias de sobrevivência diariamente.

O código não escrito, no decorrer do tempo é que ele vai aprender. A situação de primário, no cumprimento da primeira pena, trouxeram-lhe muito sofrimento pela sua inexperiência. A referência não é em relação ao sistema, mas às regras de convívio com os companheiros, que ele não conhecia. Falar em ver tudo e não ver nada, ouvir tudo e não ouvir nada é significativo, pois não é não ver e não ouvir, uma vez que ver e ouvir significa ter o conhecimento, o que ele quer dizer é que é sábio não falar. A cautela é imprescindível, é fluido o limite entre a vida e a morte. (CASTRO, 1993:55)

O sistema prega que o objetivo do encarceramento é a reeducação do interno para que resulte assim na ressocialização, ou seja, na ruptura com a prática delinqüente, porém como não há o cumprimento da Lei de Execuções Penais, onde se prevê a separação dos presos conforme crime cometido, este encarceramento acaba resultando num processo de socialização na delinqüência.

O sistema tenta de diversas formas inviabilizar qualquer possibilidade de solidariedade entre a população carcerária, proibindo ações que possam favorecer a união dos sujeitos que estão sob tutela, para dessa forma não se arriscar a enfrentar mecanismos de solidariedade que possam colocar em jogo o seu controle sobre a massa carcerária.

Manter a população se relacionando através da delinqüência, permanentemente em conflito, é mais seguro para o sistema do que tê-la unida em atividade de interesse comum. Para isso a socialização na delinqüência atende muito mais aos seus objetivos do que socializar para o convívio social. Assim, posterga o recuperar e limita-se a vigiar e punir (CASTRO, 1993:59)

Dessa forma, o discurso do sistema de ressocializar o interno torna-se ineficiente e por lado até hipócrita, resultando assim uma falta de interesse e de motivação para a elaboração de novos projetos e investimentos financeiros para o sistema prisional.

4. A superpopulação carcerária

De acordo com a legislação, o regime fechado deve ser cumprido em penitenciárias, o regime semi-aberto em colônias agrícolas ou industriais e o regime aberto em casas de albergado. Por outro lado os inimputáveis ou doentes mentais, (art.26 de CP) devem ser abrigados no HCTP e os presos provisórios, ainda não julgados em Presídios Públicos.

A escassez de estabelecimentos prisionais de algumas modalidades no Brasil provoca uma série de ilegalidades, como por exemplo presos provisórios convivendo com os já condenados, doentes mentais internados em estabelecimentos penais comuns e ainda presos condenados cumprindo pena em delegacias policiais. (LEMGRUBER, 2001: 03)

A superpopulação, o estado precário dos estabelecimentos penais, decorrente da falta de vagas, eis que a população carcerária a cada dia cresce assustadoramente, são fatores que contribuem para o fracasso da pena de prisão.

A população em geral tem uma idéia errônea quanto à imagem de boa vida do prisioneiro, pois esta imagem se sustenta apenas quando o foco é trabalho. Não podemos ignorar as péssimas condições dos prédios, da alimentação deficiente e outros tormentos da vida prisional neste país. Apenas alguns internos recebem visitas e uma pequena parcela tem o privilégio da visita íntima. Porém, a grande maioria continua privada de visitas, cuja importância só pode ser avaliada quando se sabe que elas são cruciais para a sobrevivência física, para não falar da moral e psicológica do preso, especialmente porque grande parte deles tem filhos. (ZALLUAR, 1990:73).

Constata-se no Censo Penitenciário de 1995 que o número de presos no Brasil era de 148.760 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1997), sendo que o déficit de vagas nas prisões brasileiras chega a 96 mil, o que corresponde a cerca de dois presos por vaga. Sabe-se que essa situação gera muitos problemas que inviabilizam o sistema para o fim de obter os objetivos da pena.

O jornal *O Estado de São Paulo*, em reportagem do dia 19 de maio de 2000, nos trazia a informação de que nos últimos cinco anos (ou seja 1995-2000) a população carcerária brasileira subiu em 30,1%, passando de 148.760 presos, em 1995, para 193.195, em março daquele ano. Revela também que 135.896 presos encontram-se segregados em estabelecimentos penais adequados, mas 57.299 estão em delegacias de polícia e cadeias públicas.

Através desta realidade em que se encontra o sistema prisional brasileiro, bem como de muitos outros países, é impossível crer que num ambiente onde os presos vivem amontoados em celas superlotadas, em condições desumanas, haja possibilidade do encarceramento conseguir alcançar seu objetivo maior é ressocializar e reintegrar o interno à sociedade.

5. Mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas

A legislação brasileira, art. 26 do CP, determina diferentes regimes de cumprimento das penas: regime fechado, semi-aberto e aberto. Para os dois últimos tipos, admite-se a possibilidade de o sentenciado trabalhar fora dos muros e visitar a família regularmente.

O regime inicial de cumprimento de uma pena é determinado pela quantidade de anos de condenação e pelo fato de o condenado ser reincidente ou não, mas ao longo do cumprimento da sua pena o apenado pode ser beneficiado com a mudança de um regime para o outro, considerando-se o tempo de pena já cumprido e sua situação disciplinar. (LEMGRUBER, 2001:03)

A progressão de regime, ou seja, a mudança de um regime mais severo e restritivo para outro que permita maior contato com o mundo externo, configura o que se convencionou chamar de regime progressivo de cumprimento de pena e este regime propiciou aos sentenciados atividades que, além de contribuir para sua formação profissional, diminuem suas penas através da remição¹, prevista na LEP.

5.1 Trabalho interno

A inexistência de fontes geradoras de trabalho dentro da prisão é uma das principais causas das freqüentes manifestações atualmente registradas nos sistemas penitenciários. Nas instituições que não desenvolvem atividades profissionais, a ocorrência de fugas, motins e rebeliões é comprovadamente maior do que quando são desenvolvidos internamente programas que profissionalizem o preso. Implantar um programa dessa natureza constitui-se num tema bastante complexo, uma vez que os estados não dispõem de recursos nem para manter os estabelecimentos penais, quem dirá, para investir num projeto que promova a melhoria de vida dos presos.

Se o trabalho representa um dos aspectos mais importantes para os que se encontram fora das grades, assumem importância redobrada no cotidiano daqueles que se encontram cercados de sua liberdade. Combater a ociosidade no sistema carcerário constitui-se assim, no atual momento histórico brasileiro, uma questão emergente para evitar, inclusive, que episódios como o da Casa de Detenção de São Paulo se repitam, ocasionando sérios danos ao governo e à sociedade. (PEDRO, 1993:107)

O Estado de São Paulo conta com a FUNAP (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso), mas em toda a bibliografia pesquisada não foram encontrados dados de outro Estado que disponha de serviço semelhante.

¹ Remição – Cada três dias trabalhados diminui-se um da pena.

A FUNAP é uma fundação idealizada pelo jurista e professor Manoel Pedro Pimentel, e tem assumido um papel muito importante junto à comunidade carcerária, atualmente vem atuando em quatro diferentes áreas dos setores básicos: trabalho, educação, assistência judiciária e atendimento ao egresso, setores estes de suma importância no processo de ressocialização dos apenados.

Um dos motivos também pertinentes nas dificuldades enfrentadas para a implantação desses programas é a resistência oferecida pela população em geral quando o assunto é a alocação de verbas de setores considerados prioritários como educação, saúde e saneamento básico. Nestas instituições encontram-se alojados homens que de alguma forma perturbaram a paz e a segurança da sociedade.

Consta na Exposição de Motivos da LEP que o sentenciado que trabalha tem garantido pela Lei de Execução Penal uma remuneração obrigatória, pecúlio, benefícios da previdência social, regalias e a remição da pena.

A remuneração obrigatória do trabalho prisional foi introduzida pela Lei nº6.416, de 1977, que estabeleceu também a forma de sua aplicação. O valor é previamente estabelecido em tabela própria e não poderá ser inferior a três quartos do salário mínimo. Existem algumas exigências pertinentes ao emprego dessa remuneração obtida pelo preso: na indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados pelo juízo e não reparados por outros meios; na assistência à própria família, segundo a lei civil; pequenas despesas pessoais; e na constituição de pecúlio, em caderneta de poupança, que lhe será entregue à saída do estabelecimento penal.

A remição da pena é talvez o maior benefício gozado pelos sentenciados que desenvolvem algum tipo de trabalho interno, de acordo com o art.126 em seu § 1º, cada três dias trabalhados equívalem a um dia a menos da pena a ser cumprida.

Uma medida que traria resultados imediatos e funcionaria como uma alternativa à privatização, se fosse adotada, porém só se viabilizando a médio e longo prazo, seria a adoção da terceirização de setores de apoio dos presídios como: hotelaria, limpeza, armazenagem etc. A implantação de um processo administrativo dessa natureza absorveria, a curto prazo, pelo menos 20% da mão-de-obra prisional dos estabelecimentos penais. (PEDRO,1993:109)

Para Alba Zalluar, a busca por quaisquer meios de independência e de autonomia, é um dos aspectos importantes a serem estudados na subcultura do mundo do crime, pois considera valores caros que é também uma cultura masculina de rua, leva os que vivem neste meio a apreciarem sobretudo as atividades que não impliquem em submissão, em domesticação, em obediência humilhante, enfim. Mas, ao se observar a lista de ocupações oferecidas na prisão, verificamos que a maioria são as que feminilizam os apenados, funções essas que acabam por conflitar-se com seus ideais de masculinidade e acabam por desmotivá-los, fazendo assim com que permaneçam no ócio. Por isso mesmo também a divisão radical entre os que mandam e os que obedecem no mundo prisional, e a disseminação da prática homossexual entre eles.

É preciso pensar de modo novo como se pode estimular a atividade independente e criativa de trabalho na prisão, (...) A única atividade empresarial que continua a estimular os presos daqui a trabalharem na prisão parece ser a do narcotráfico. (ZALLUAR, 1990:73)

A imagem negativa da situação carcerária brasileira prende-se à incapacidade de recuperação ou ressocialização dos presos, onde, segundo os próprios apenados, ainda impera a ociosidade, pois o preso que trabalha é em muitos casos atrapalhado pelo funcionário ou por outro preso que não trabalha.

A ação profissional do serviço social dentro das instituições penais constantemente esbarra em um sistema que não está voltado para a reintegração do preso, precisa-se pensar em

ações que ultrapassem o imediatismo, que se comprometam com os verdadeiros interesses dos encarcerados.

[...] a função da prisão na sociedade como instrumento de coerção e mecanismo de controle social da violência, entendendo a criminalidade como manifestação da reprodução das relações sociais de produção da sociedade burguesa, na qual o capital se sobrepõe à força de trabalho tornando-a mercadoria, comprando e pagando o preço que lhe possa proporcionar maior lucro possível. (SIQUEIRA, 2003:54)

5.2 Trabalho externo

A partir do que já foi exposto anteriormente, entendemos também que a reintegração do preso à sociedade não se limita somente ao trabalho dentro da prisão. Ao contrário, passa necessariamente por um embate fora da prisão, isso porque as condições que hoje se colocam, como as desigualdades sociais, constroem um mapa de exclusão social, incluindo uma grama ainda maior de cidadãos, que ensejam as representações da questão social uma ampliação que se torna obstáculo para que de fato o preso seja reintegrado à sociedade.

A falta de integração no mundo do trabalho, por si só, já é capaz de produzir a exclusão e inserir o trabalhador no mundo da criminalidade. Não podemos ter uma visão simplista e determinista de que unicamente a pobreza gera a criminalidade.. Em nosso entendimento, a visão do serviço social é de que a pobreza e a miséria não são a causa do aumento da violência, mas são alimentadores do seu surgimento e crescimento.

Porém, a sociedade no geral estigmatiza o pobre e carente, classificando-o como marginal para sustentar a tese de que a miséria causa a irrecuperabilidade dos criminosos. Ignora o fato de o cidadão ter seus direitos fundamentais negados, ou seja, o direito de viver e de ser tratado como ser humano que, com essa negação acaba encaminhando-se ao mundo do crime.

As relações sociais entre capital e trabalho sempre exerceram uma influência direta na conduta do cidadão, seja qual for a alternativa escolhida para se ter renda, sempre beneficiaram o

capital. Ou seja, sentindo-se excluído do mercado de trabalho formal, ele é obrigado a optar pelo mercado informal, onde realiza os denominados bicos e onde não tem estabilidade que garanta o sustento da família.

6. Perfil dos egressos/sentenciados

Sabe-se que populações prisionais, em qualquer país, são o resultado final de um processo que implica em perdas nas várias etapas de funcionamento do Sistema de Justiça Criminal e, desta forma, não se pode, a partir do perfil do sentenciado se traçar características dessa ou daquela sociedade.

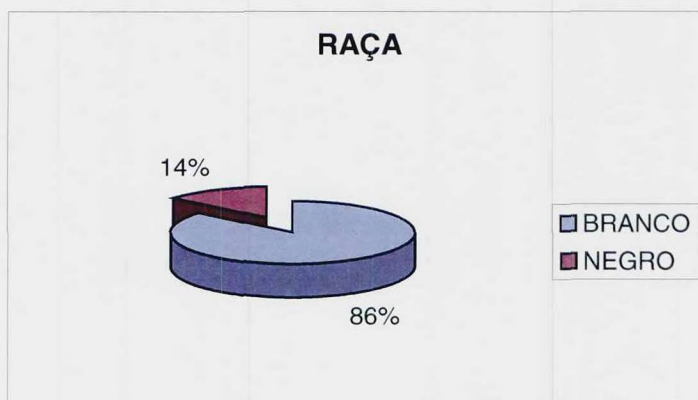
Traçar o perfil do sentenciado é uma tarefa muito difícil para pessoas que trabalham neste meio pois levando-se em consideração a alta rotatividade dos sentenciados os perfis mudam constantemente.

Como podemos perceber amplamente nas bibliografias específicas, cada estado tem um diferente perfil de sentenciado. Objetivando conhecer melhor o perfil dos sentenciados que cumprem pena nas instituições penais da Grande Florianópolis, e dessa forma poder desenvolver programas que contemplem as necessidades da população carcerária e egressa, foram realizadas durante o estágio obrigatório², 46 entrevistas, através do Projeto de Atendimento ao Egresso. Contabilizando-se os dados pôde-se chegar ao seguinte perfil dos egressos/sentenciados que ganharam o benefício do livramento condicional após cumprirem parte de sua pena.

Um dos fatores que chama atenção é a questão da raça, ao contrário do Estado de São Paulo, o estado mais rico em bibliografia e com a maior população carcerária do país, os egressos de Florianópolis são brancos na grande maioria (86%). A esse fator devemos acrescentar que a

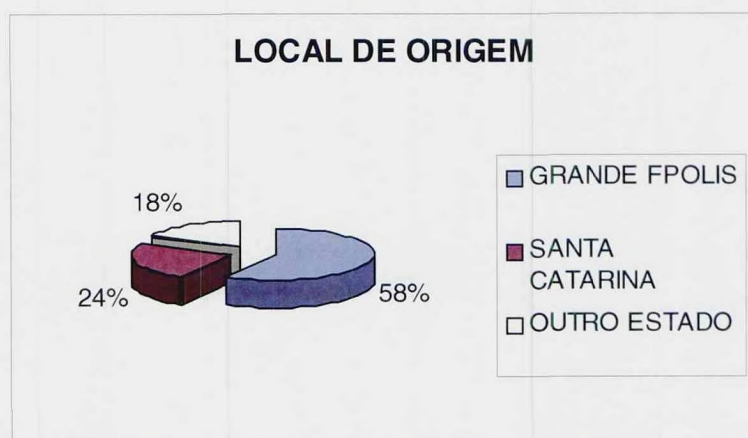
² Estágio realizado o Setor de Serviço social da Vara de Execuções Penais do Fórum da Comarca da Capital, no período de Março à Julho de 2003.

população da Grande Florianópolis em geral apresenta um baixo índice de habitantes da raça negra.



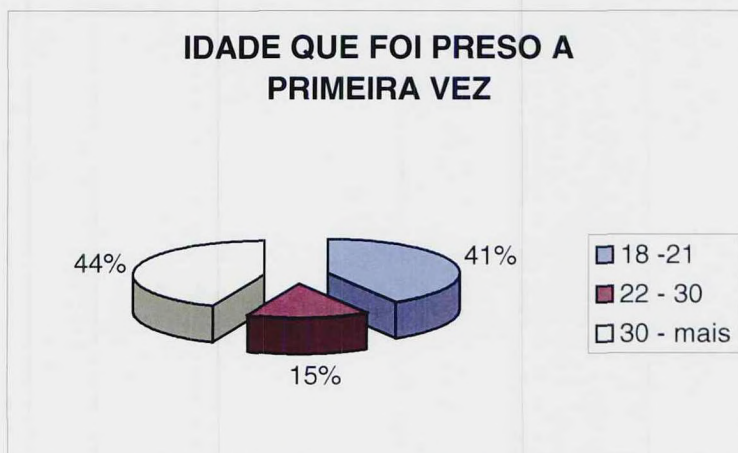
Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

Pode-se afirmar que em Florianópolis temos uma população carcerária nativa, considerando que os números nos mostram que 58% são da Grande Florianópolis e 24% são do próprio Estado, ficando assim com apenas 18% advindos de outros estados brasileiros. Durante o período estudado não constatou-se a presença de estrangeiros.



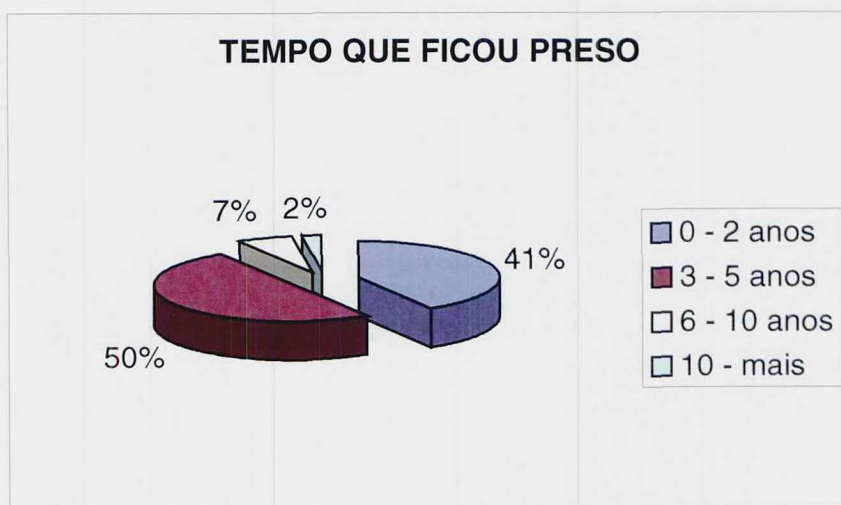
Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

Ao se perguntar sobre a primeira vez que foram presos, constatamos que 44% declararam ter sido entre 18 e 21 anos, sendo que muitos disseram ter passado por instituições durante a adolescência, e ao atingir a idade adulta apenas mudaram de uma para outra.



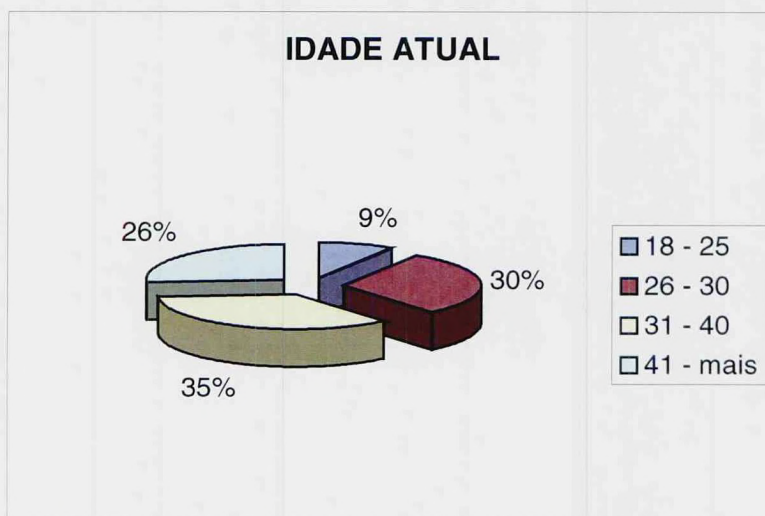
Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

O tempo que ficaram presos nos confirma que 50% passaram a adolescência e parte da juventude institucionalizados, sem ter contato com o mundo fora das grades, e muitos deles sem contato com a família, ocasionando assim um estranhamento do mundo externo, tornando assim a prisão o seu lar, o seu mundo.



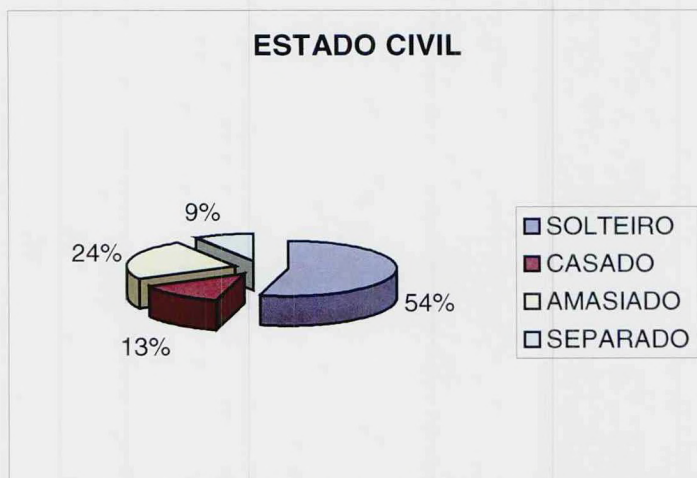
Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

Após o cumprimento da pena, saem da prisão (momento este em que são atendidos pelo Setor de Serviço Social da VEP e entrevistados), já numa idade adulta avançada, apresentando neste caso 35% dos sentenciados com idade atual entre 31 e 40 anos.



Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

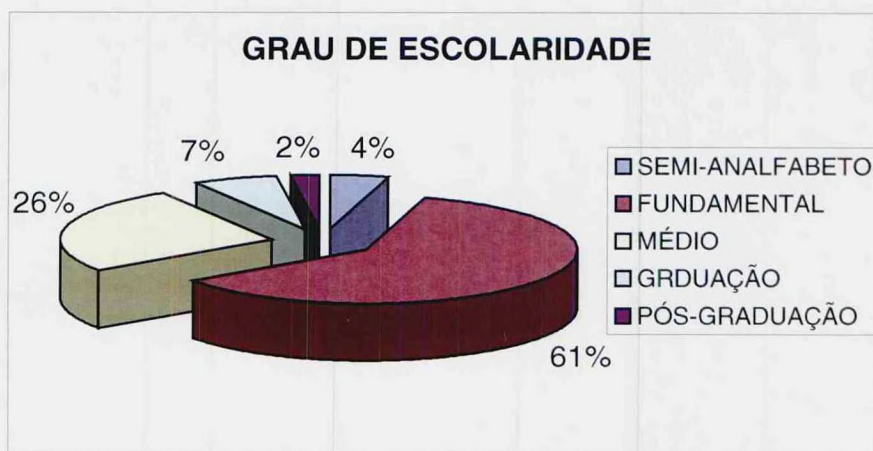
Analizando a questão do estado civil, os solteiros apresentam um percentual de 54%, demonstrando que a maioria dos sentenciados não constituiu família. Grande parte desses declarou não possuir mais vínculos com familiares, ou apresentam uma relação problemática dentro de casa.



Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

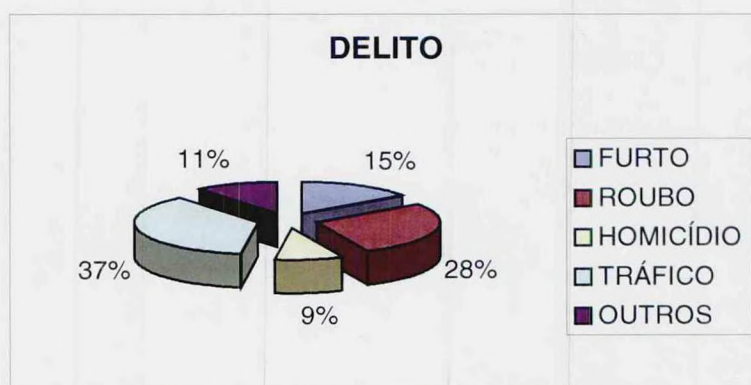
O baixo grau de escolaridade, com certeza, denuncia um dos prejuízos da institucionalização do adolescente, e a entrada precoce no mundo do crime. Foram contabilizados

61% de sentenciados que apresentam nível fundamental e nem todos concluíram. Em nível de pós graduação, temos apenas 2%.



Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

Quanto ao tipo de crime, não estamos muito distantes da realidade das grandes metrópoles, pois o tráfico de drogas (37%) está cada vez mais crescente e junto com ele, ocupando um segundo lugar no ranking, com 28%, está o roubo³, o que nos denuncia o alto índice de violência, que vem seguido de furto⁴, com um total de 15%, apesar de termos ainda a grande vantagem de um número não muito alto de homicídios (9%).

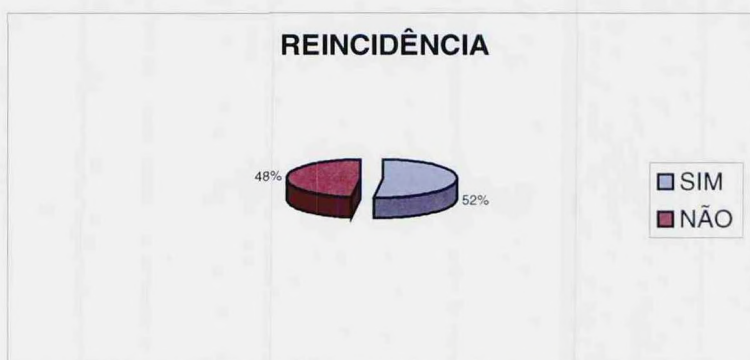


Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

³ Roubo- art.157 Código Penal - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou de violência à pessoa, ou de pois de have-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência.

⁴ Furto- art.155 Código Penal - Subtrair para si, ou outrem, coisa alheia móvel.

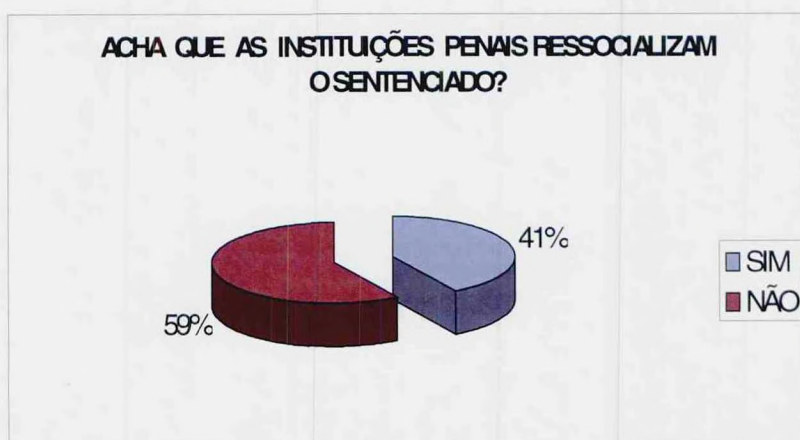
A reincidência é um dos dados mais preocupantes dessa pesquisa, pois como podemos observar temos uma maioria de 52% reincidentes, o que nos mostra a grande falha e a ineficácia do discurso ressocializador empregado pelas teorias penais existentes. Demonstra a necessidade de uma reforma no sistema penal e judiciário e ainda a ineficácia das penas privativas de liberdade, como temos visto ao longo deste trabalho.



Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003

Uma última abordagem nos permite uma reflexão sobre a opinião do sentenciado em relação ao sistema ao qual foi submetido sem ter escolhas.

Fonte: Setor S.S da VEP, estágio curricular Março/Julho 2003



Como podemos notar, houve uma diferença relativamente pequena entre as respostas, ainda assim prevalecendo a resposta negativa, onde a grande maioria faz alusão ao termo já

discutido "A Escola do Crime", e por outro lado o aspecto positivo fica por conta do trabalho desenvolvido dentro da prisão com as regalias e as oficinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise no Sistema Carcerário Brasileiro vem se agravando com o decorrer dos anos. Esse assunto vem sendo debatido pela sociedade civil, que mune-se de informações através de uma mídia que procura sensacionalismo para ganhar “íbope”. Entretanto, a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas de atendimento ao egresso é quase inexistente. A sociedade em geral encara os problemas da população carcerária como algo que não lhe diz respeito, algo que atinge apenas os sentenciados e suas famílias.

Questiona-se cada vez mais a validade da pena de prisão no campo da teoria, dos princípios e dos ideais da privação de liberdade e se tem deixado de lado o aspecto principal dessa pena, que é a execução. Pois pode-se perceber claramente que a característica ressocializadora desse sistema foi se perdendo ao longo do tempo, chegando hoje a ter um caráter punitivo ou até puramente encarceratório, onde objetiva-se apenas retirar o “delinquente” do convívio com a sociedade.

Uma das dificuldades encontradas pelos teóricos da área é o fato de o Ministério da Justiça não realizar censos penitenciários anuais, já que os sistemas penitenciários estaduais não são informatizados de forma que possam aumentar o banco de dados, com informações da Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário. Trabalha-se com um perfil temporário do sentenciado, pois, como citado anteriormente, a alta rotatividade não permite que se trace um perfil, e sem conhecer a demanda se torna cada vez mais complicado trabalhar um prol de melhorias.

A primeira medida a ser tomada neste sentido seria a profissionalização dos agentes prisionais, pois a grande maioria não tem preparo físico e psicológico para trabalhar com a

população carcerária. Esta realidade exige agentes que saibam como lidar com situações inusitadas onde se precisa aplicar a força, para que esta ação não acarrete em implicações ainda mais graves para os sentenciados. No próprio sistema precisa-se de profissionais altamente treinados, com muito equilíbrio psicológico e muito preparo físico.

A criação de vagas no Sistema Carcerário Brasileiro indiscutivelmente é uma tarefa inadiável, uma medida emergencial para aliviar as tensões e problemas advindos da superpopulação. Porém não basta apenas ter espaço se não tiver atendimento às necessidades básicas, como por exemplo: um atendimento médico-hospitalar com medicamentos pertinentes a cada caso, produtos de higiene e pessoais evitando a violência dentro dos presídios que impulsionam à revolta e agressividade, sempre tendo em mente que eles retornarão à sociedade algum dia e melhor se estiverem ressocializados.

Pode-se considerar a assistência judiciária como parte das necessidades básicas do interno. A necessidade dele saber da situação do seu processo se torna muitas vezes mais importante que as próprias necessidades básicas. Precisa-se de advogados para se ter retorno dos pedidos⁵ feitos ao juiz. Além de conviver com a morosidade da justiça brasileira, eles sofrem o descaso dos advogados da defensoria dativa⁶. Talvez a solução para este problema seja a realização de um mutirão de advogados, como foi realizado recentemente nos Fóruns para agilizar os processos, mas desta vez para atender à população carcerária, pois casos de sentenciados que já cumpriram suas penas e continuam encarcerados são comuns por todo o país.

Com as necessidades básicas atendidas, se pode começar a pensar em desenvolver palestras informativas sobre enfermidades comuns dentro do cárcere, como AIDS, DST e

⁵ Pedido de Informação jurídica, regressão de regime, indulto, saída temporária, liberdade condicional entre outros.

⁶ O Estado de Santa Catarina não dispõe de defensores públicos portanto oferece defensoria dativa através de um Convênio firmado com a OAB, porém como o governo não tem honrado os pagamentos desse convênios os advogados desmotivados não cumprem com seus compromissos com os sentenciados.

tuberculose, assim como dependência química e alcoólica. São possíveis ainda cursos profissionalizantes com os internos, fazendo com que ao sair do cárcere, carregando consigo o estigma e o preconceito possa levar uma nova profissão que abrir-lhe caminhos no mercado de trabalho que está a cada vez mais exigente e competitivo, diminuindo assim a possibilidade de vir a reincidir no mundo do crime.

O Conselho da Comunidade de Florianópolis desenvolve um Serviço de Atendimento ao Egresso, desde março de 2002, que certamente seria mais eficaz se fosse instituído como um programa fixo no Sistema Carcerário Brasileiro. Este Programa consistiria em dar encaminhamentos aos egressos de como refazer sua documentação perdida durante cumprimento da pena, como ter acesso às políticas públicas através dos setores ou entidades⁷ responsáveis, além de proporcionar um atendimento psicológico aos sentenciados com o auxílio de estagiários das últimas fases do Curso de Psicologia.

Ampliação das medidas alternativas à pena de prisão, como a pena de prestação de serviços à comunidade onde o preso trabalha gratuitamente, auxiliando instituições assistenciais nos pequenos delitos como acidentes de trânsito, furto simples, estelionato, onde continua em casa mantendo sua família, além do caráter educativo destas penas que impedem a reincidência através da conscientização. Da mesma forma, a criação dos conselhos de comunidade nas comarcas, conforme art. 80 e 81 da LEP, pois estes estimulam o atendimento e fiscalização das instituições penais.

Todos os aspectos negativos relacionados pelos teóricos e estudiosos da área comprovam que a pena de prisão que se apresenta nos dias atuais demonstra que este é um instrumento inadequado para a obtenção de algum efeito positivo sobre o recluso, ou qualquer forma de

⁷ Entidades e Setores como 5º DP, Postos de Saúde do SUS, GAPPA, NA, AA, SINE, DRT, entre outros.

Ressocialização, e reforçam a tese de que a prisão, como resposta penológica, encontra-se efetivamente falida e vem, ao contrário do que propunha em seu surgimento, servindo para acentuar ainda mais a situação da violência urbana por todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- verbete “Reincidência”. In: GUIMARÃES, Deocleciano Torriero. *Dicionário Jurídico*, p. 155.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Trad. Lucia Guidini & Alessandro Berti Contessa. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 146 p.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão*, In: Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul, nº 09, out-nov-dez 1991. Porto Alegre-RS
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217p
- BUSSINGER, Vanda Valadão. *Fundamentos dos Direitos Humanos*. In: Revista serviço Social & Sociedade, nº 53, Ano XVIII – Março 1997. Ed: Cortez
- CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. *Ciranda do Medo. Controle e Dominação no Cotidiano da Prisão*. In: Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária Brasília –DF, vol I, nº 02, Julho-Dezembro, 1993.
- DOTTI, René Ariel; REALE JR., Miguel & TOLEDO, Francisco de Assis et. alli. *Penas restritivas de direitos: críticas e comentários às penas alternativas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 411 p.
- LEMGRUBER, Julita. *O sistema Penitenciário Brasileiro*. In: Revista dos Magistrados Brasileiros. Ano5, n.10, 2001
- MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. *Penas alternativas: comentários à nova lei nº 9.714, de 25 de novembro*. Curitiba: Juruá, 1999. 224 p.
- MINISTÉRIO da Justiça. Censo Penitenciário de 1995. Brasília, 1997
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Execução Penal: Comentários à Lei 7.210, de 11.07.84. ed: Atlas, São Paulo, 1997.
- NÚMERO de presos no País cresce 30% em 5 anos.[on line].Disponível na internet: <www.jt.com.br/editoriais/2000/05/19/ger070/html>. 25/10/2000 (01:15).
- OLIVEIRA, Odete Maria de. *Prisão : um paradoxo social*. 2. ed. rev. e ampl. Florianopolis: Ed. da UFSC, 1996. [6]p. ISBN 853280070X : (broch.)
- PEDRO, Anita Fernandes João. *Importância do Trabalho do Preso e do egresso*. In: Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Volume I, nº 02, Julho – Dezembro 1993, Ministério da Justiça, Brasília- DF
- PINTO, A L. T. et.Al. *Código Processo Penal*. 42 ed. São Paulo. Ed: Saraiva, 2002

SIQUEIRA, Jailson Rocha. ***O Trabalho e a Assistência Social na Reintegração do Preso à Sociedade***. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº53, ano XVIII- Março 1997. Ed: Cortez

THOMPSON, Augusto. A questão penitenciária. 4.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

TORRES, Andréia Almeida. ***Direitos Humanos e Sistema Penitenciário: Desafio ético-político do Serviço Social***. In: Serviço Social & Sociedade: Temas Sócio-jurídicos. Ano XXII nº67. Ed: Cortez: São Paulo, set 2001.

VARELLA, Drauzio. ***Estação Carandiru***. 2. ed São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 297p ISBN

ZALLUAR, Alba. ***Prisão: Trabalho e Cidadania: O Censo Penitenciário***. In: Revista da Escola do Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul. Ano I, nº 05, out-nov-dez, 1990. Porto Alegre-RS.

ANEXO A

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI N.º 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO OBJETO E DA APLICAÇÃO

DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º - A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único - Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º - Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único - Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º - O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

TÍTULO II

DO CONDENADO E DO INTERNADO

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 5º - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade.

Parágrafo único - Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do Serviço Social.

Art. 8º - O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único - Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único - A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11 - A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

SEÇÃO II

DA ASSISTÊNCIA MATERIAL

Art. 12 - A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13 - O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

SEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 14 - A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

SEÇÃO IV

DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 15 - A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

Art. 16 - As unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais.

SEÇÃO V

DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Art. 17 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18 - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19 - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único - A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20 - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21 - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

SEÇÃO VI

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 22 - A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23 - Incumbe ao serviço de assistência social:

I - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;

II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido;

III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;

IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;

V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;

VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

SEÇÃO VII

DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Art. 24 - A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º - No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º - Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

SEÇÃO VIII

DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO

Art. 25 - A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único - O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

Art. 26 - Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

Art. 27 - O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.

CAPÍTULO III

DO TRABALHO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º - Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º - O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29 - O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

§ 1º - O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º - Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em cadernetas de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

Art. 30 - As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

SEÇÃO II

DO TRABALHO INTERNO

Art. 31 - O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

Parágrafo único - Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

Art. 32 - Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado.

§ 1º - Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

§ 2º - Os maiores de 60 (sessenta) anos poderão solicitar ocupação adequada à sua idade.

§ 3º - Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

Art. 33 - A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis), nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados.

Parágrafo único - Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.

Art. 34 - O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

Parágrafo único - Nessa hipótese, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada.

Art. 35 - Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares.

Parágrafo único - Todas as importâncias arrecadadas com as vendas reverterão em favor da fundação ou empresa pública a que alude o artigo anterior ou, na sua falta, do estabelecimento penal.

SEÇÃO III

DO TRABALHO EXTERNO

Art. 36 - O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da administração direta ou indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

§ 1º - O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º - Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

§ 3º - A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.

Art. 37 - A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um sexto da pena.

Parágrafo único - Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

SEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 38 - Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena.

Art. 39 - Constituem deveres do condenado:

I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI - submissão à sanção disciplinar imposta;

VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

X - conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único - Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.

SEÇÃO II

DOS DIREITOS

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - previdência social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Parágrafo único - Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

Art. 42 - Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção.

Art. 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

Parágrafo único - As divergências entre o médico oficial e o particular serão resolvidas pelo juiz de execução.

SEÇÃO III

DA DISCIPLINA

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único - Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 45 - Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

§ 1º - As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.

§ 2º - É vedado o emprego de cela escura.

§ 3º - São vedadas as sanções coletivas.

Art. 46 - O condenado ou denunciado, no início da execução da pena ou da prisão, será cientificado das normas disciplinares.

Art. 47 - O poder disciplinar, na execução da pena privativa de liberdade, será exercido pela autoridade administrativa conforme as disposições regulamentares.

Art. 48 - Na execução das penas restritivas de direitos, o poder disciplinar será exercido pela autoridade administrativa a que estiver sujeito o condenado.

Parágrafo único - Nas faltas graves, a autoridade representará ao juiz da execução para os fins dos arts. 118, I, 125, 127, 181, §§ 1º, d, e 2º desta Lei.

SUBSEÇÃO II

DAS FALTAS DISCIPLINARES

Art. 49 - As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

Parágrafo único - Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

Art. 50 - Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina;

II - fugir;

III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem;

IV - provocar acidente de trabalho;

V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

Art. 51 - Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que:

I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta;

II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta;

III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do art. 39 desta Lei.

Art. 52 - A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e sujeita o preso, ou condenado, à sanção disciplinar, sem prejuízo da sanção penal.

SUBSEÇÃO III

DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS

Art. 53 - Constituem sanções disciplinares:

I - advertência verbal;

II - repreensão;

III - suspensão ou restrição de direitos (art. 41, parágrafo único);

IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no art. 88 desta Lei.

Art. 54 - As sanções dos incisos I a III do artigo anterior serão aplicadas pelo diretor do estabelecimento; a do inciso IV, por conselho disciplinar, conforme dispuser o regulamento.

Art. 55 - As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho.

Art. 56 - São recompensas:

I - o elogio;

II - a concessão de regalias.

Parágrafo único - A legislação local e os regulamentos estabelecerão a natureza e a forma de concessão de regalias.

SUBSEÇÃO IV

DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 57 - Na aplicação das sanções disciplinares levar-se-á em conta a pessoa do faltoso, a natureza e as circunstâncias do fato, bem como as suas consequências.

Parágrafo único - Nas faltas graves, aplicam-se as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 53 desta Lei.

Art. 58 - O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único - O isolamento será sempre comunicado ao juiz da execução.

SUBSEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Art. 59 - Praticada a falta disciplinar, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa.

Parágrafo único - A decisão será motivada.

Art. 60 - A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, no interesse da disciplina e da averiguação do fato.

Parágrafo único - O tempo de isolamento preventivo será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 - São órgãos da execução penal:

I - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

II - o Juízo da Execução;

III - o Ministério Público;

IV - o Conselho Penitenciário;

V - os Departamentos Penitenciários;

VI - o Patronato;

VII - o Conselho da Comunidade.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DE

POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Art. 62 - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República, é subordinado ao Ministério da Justiça.

Art. 63 - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

Parágrafo único - O mandato dos membros do Conselho terá duração de 2 (dois) anos, renovado um terço em cada ano.

Art. 64 - Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe:

I - propor diretrizes da política criminal quanto a prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança;

II - contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária;

III - promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País;

IV - estimular e promover a pesquisa criminológica;

V - elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor;

VI - estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados;

VII - estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal;

VIII - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar-se, mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbidas as medidas necessárias ao seu aprimoramento;

IX - representar ao juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal;

X - representar à autoridade competente para a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.

CAPÍTULO III

DO JUÍZO DA EXECUÇÃO

Art. 65 - A execução penal competirá ao juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença.

Art. 66 - Compete ao juiz da execução:

I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

II - declarar extinta a punibilidade;

III - decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;

b) progressão ou regressão nos regimes;

c) detração e remição da pena;

d) suspensão condicional da pena;

e) livramento condicional;

f) incidentes da execução.

IV - autorizar saídas temporárias;

V - determinar:

a) a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução;

b) a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade;

c) a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos;

d) a aplicação da medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

e) a revogação da medida de segurança;

f) a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

g) o cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca;

h) a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 desta Lei;

VI - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

VII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade;

VIII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;

IX - compor e instalar o Conselho da Comunidade.

CAPÍTULO IV

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 67 - O Ministério Público fiscalizará a execução da pena e da medida de segurança, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução.

Art. 68 - Incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento;

II - requerer:

a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;

b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;

c) a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;

d) a revogação da medida de segurança;

e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional;

f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior;

III - interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante execução.

Parágrafo único - O órgão do Ministério Público visitará mensalmente os estabelecimentos penais, registrando a sua presença em livro próprio.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO PENITENCIÁRIO

Art. 69 - O Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.

§ 1º - O Conselho será integrado por membros nomeados pelo governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área de Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Penitenciário terá a duração de 4 (quatro) anos.

Art. 70 - Incumbe ao Conselho Penitenciário:

I - emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;

II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;

III - apresentar, no primeiro trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

IV - supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

CAPÍTULO VI

DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS

SEÇÃO I

DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Art. 71 - O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 72 - São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:

I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional;

II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;

III - assistir tecnicamente as unidades federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;

IV - colaborar com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;

V - colaborar com as unidades federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

Parágrafo único - Incumbem também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

SEÇÃO II

DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO LOCAL

Art. 73 - A legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer.

Art. 74 - O Departamento Penitenciário local, ou órgão similar, tem por finalidade supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais da unidade da Federação a que pertencer.

SEÇÃO III

DA DIREÇÃO E DO PESSOAL

DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS

Art. 75 - O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

Parágrafo único - O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

Art. 76 - O Quadro do Pessoal Penitenciário será organizado em diferentes categorias funcionais, segundo as necessidades do serviço, com especificação de atribuições relativas às funções de direção, chefia e assessoramento do estabelecimento e às demais funções.

Art. 77 - A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 1º - O ingresso do pessoal penitenciário, bem como a progressão ou a ascensão funcional dependerão de cursos específicos de formação, procedendo-se à reciclagem periódica dos servidores em exercício.

§ 2º - No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

CAPÍTULO VII

DO PATRONATO

Art. 78 - O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos (art. 26).

Art. 79 - Incumbe também ao Patronato:

I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos;

II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço a comunidade e limitação de fim de semana;

III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO DA COMUNIDADE

Art. 80 - Haverá, em cada comarca, um Conselho da Comunidade, composto, no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela seção da Ordem dos Advogados do Brasil e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

Parágrafo único - Na falta da representação prevista neste artigo, ficará a critério do juiz da execução a escolha dos integrantes do Conselho.

Art. 81 - Incumbe ao Conselho da Comunidade:

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;

II - entrevistar presos;

III - apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;

IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

TÍTULO IV

DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82 - Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º - A mulher será recolhida a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

§ 2º - O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.

Art. 83 - O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 1º - Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários.

§ 2º - Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos.

Art. 84 - O preso provisório ficará separado do condenado por sentença transitada em julgado.

§ 1º - O preso primário cumprirá pena em seção distinta daquela reservada para os reincidentes.

§ 2º - O preso que, ao tempo do fato, era funcionário da administração da justiça criminal ficará em dependência separada.

Art. 85 - O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.

Parágrafo único - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades.

Art. 86 - As penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma unidade federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União.

§ 1º - A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher, mediante decisão judicial, os condenados à pena superior a 15 (quinze) anos, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.

§ 2º - Conforme a natureza do estabelecimento, nele poderão trabalhar os liberados ou egressos que se dediquem a obras públicas ou ao aproveitamento de terras ociosas.

CAPÍTULO II

DA PENITENCIÁRIA

Art. 87 - A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

Art. 88 - O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único - São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) área mínima de 6 m² (seis metros quadrados).

Art. 89 - Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.

Art. 90 - A penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação.

CAPÍTULO III

DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR

Art. 91 - A Colônia Agrícola, Industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semi-aberto.

Art. 92 - O condenado poderá ser alojado em compartimento coletivo, observados os requisitos da letra a do parágrafo único do art. 88 desta Lei.

Parágrafo único - São também requisitos básicos das dependências coletivas:

a) a seleção adequada dos presos;

b) o limite de capacidade máxima que atenda os objetivos de individualização da pena.

CAPÍTULO IV

DA CASA DO ALBERGADO

Art. 93 - A Casa do Albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana.

Art. 94 - O prédio deverá situar-se em centro urbano, separado dos demais estabelecimentos, e caracterizar-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga.

Art. 95 - Em cada região haverá, pelo menos, uma Casa de Albergado, a qual deverá conter, além dos aposentos para acomodar os presos, local adequado para cursos e palestras.

Parágrafo único - O estabelecimento terá instalações para os serviços de fiscalização e orientação dos condenados.

CAPÍTULO V

DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO

Art. 96 - No Centro de Observação realizar-se-ão os exames gerais e o criminológico, cujos resultados serão encaminhados à Comissão Técnica de Classificação.

Parágrafo único - No Centro poderão ser realizadas pesquisas criminológicas.

Art. 97 - O Centro de Observação será instalado em unidade autônoma ou em anexo a estabelecimento penal.

Art. 98 - Os exames poderão ser realizados pela Comissão Técnica de Classificação, na falta do Centro de Observação.

CAPÍTULO VI

DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA

E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

Art. 99 - O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no art. 26 e seu parágrafo único do Código Penal.

Parágrafo único - Aplica-se ao Hospital, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 88 desta Lei.

Art. 100 - O exame psiquiátrico e os demais exames necessários ao tratamento são obrigatórios para todos os internados.

Art. 101 - O tratamento ambulatorial, previsto no art. 97, segunda parte, do Código Penal, será realizado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.

CAPÍTULO VII

DA CADEIA PÚBLICA

Art. 102 - A Cadeia Pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

Art. 103 - Cada comarca terá, pelo menos, uma Cadeia Pública a fim de resguardar o interesse da administração da justiça criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar.

Art. 104 - O estabelecimento de que trata este Capítulo será instalado próximo de centro urbano, observando-se na construção as exigências mínimas referidas no art. 88 e seu parágrafo único desta Lei.

TÍTULO V

DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO I

DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 105 - Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.

Art. 106 - A guia de recolhimento, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a assinará com o juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterà:

I - o nome do condenado;

II - a sua qualificação civil e o número do registro geral no órgão oficial de identificação;

III - o inteiro teor da denúncia e da sentença condenatória, bem como certidão do trânsito em julgado;

IV - a informação sobre os antecedentes e o grau de instrução;

V - a data da terminação da pena;

VI - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento penitenciário.

§ 1º - Ao Ministério Público se dará ciência da guia de recolhimento.

§ 2º - A guia de recolhimento será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao início da execução, ou ao tempo de duração da pena.

§ 3º - Se o condenado, ao tempo do fato, era funcionário da administração da junta criminal, far-se-á, na guia, menção dessa circunstância, para fins do disposto no § 2º do art. 84 desta Lei.

Art. 107 - Ninguém será recolhido, para cumprimento de pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

§ 1º - A autoridade administrativa incumbida da execução passará recibo da guia de recolhimento, para juntá-la aos autos do processo, e dará ciência dos seus termos ao condenado.

§ 2º - As guias de recolhimento serão registradas em livro especial, segundo à ordem cronológica do recebimento, e anexadas ao prontuário do condenado, aditando-se, no curso da execução, o cálculo das remições e de outras retificações posteriores.

Art. 108 - O condenado a quem sobrevier doença mental será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Art. 109 - Cumprida ou extinta a pena, o condenado será posto em liberdade, mediante alvará do juiz, se por outro motivo não estiver preso.

SEÇÃO II

DOS REGIMES

Art. 110 - O juiz, na sentença, estabelecerá o regime no qual o condenado iniciará o cumprimento da pena privativa de liberdade, observado o disposto no art. 33 e seus parágrafos do Código Penal.

Art. 111 - Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.

Parágrafo único - Sobrevindo condenação no curso da execução, somar-se-á pena ao restante da que está sendo cumprida, para determinação do regime.

Art. 112 - A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão.

Parágrafo único - A decisão será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário.

Art. 113 - O ingresso do condenado em regime aberto supõe a aceitação de seu programa e das condições impostas pelo juiz.

Art. 114 - Somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que:

I - estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente;

II - apresentar, pelos seus antecedentes ou pelo resultado dos exames a que foi submetido, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime.

Parágrafo único - Poderão ser dispensadas do trabalho as pessoas referidas no art. 117 desta Lei.

Art. 115 - O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:

I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;

II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;

III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;

IV - comparecer a juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

Art. 116 - O juiz poderá modificar as condições estabelecidas, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da autoridade administrativa ou do condenado, desde que as circunstâncias assim o recomendem.

Art. 117 - Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

I - condenado maior de 70 (setenta) anos;

II - condenado acometido de doença grave;

III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;

IV - condenada gestante.

Art. 118 - A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (art. 111).

§ 1º - O condenado será transferido do regime aberto se, além das hipóteses referidas nos incisos anteriores, frustrar os fins da execução ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.

§ 2º - Nas hipóteses do inciso I e do parágrafo anterior, deverá ser ouvido, previamente, o condenado.

Art. 119 - A legislação local poderá estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto (art. 36, § 1º, do Código Penal).

SEÇÃO III

DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

SUBSEÇÃO I

DA PERMISSÃO DE SAÍDA

Art. 120 - Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão;

II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do art. 14).

Parágrafo único - A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso.

Art. 121 - A permanência do preso fora do estabelecimento terá duração necessária à finalidade da saída.

SUBSEÇÃO II

DA SAÍDA TEMPORÁRIA

Art. 122 - Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do segundo grau ou superior, na comarca do Juízo da Execução;

III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Art. 123 - A autorização será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

I - comportamento adequado;

II - cumprimento mínimo de um sexto da pena, se o condenado for primário, e um quarto, se reincidente;

III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Art. 124 - A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.

Parágrafo único - Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de segundo grau ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes.

Art. 125 - O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

Parágrafo único - A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

SEÇÃO IV

DA REMIÇÃO

Art. 126 - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º - A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

§ 2º - O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º - A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

Art. 127 - O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.

Art. 128 - O tempo remido será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

Art. 129 - A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles.

Parágrafo único - Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

Art. 130 - Constitui o crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

SEÇÃO V

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

Art. 131 - O livramento condicional poderá ser concedido pelo juiz da execução, presentes os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.

Art. 132 - Deferido o pedido, o juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

§ 1º - Serão sempre impostas ao liberado condicional as obrigações seguintes:

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- b) comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação;
- c) não mudar do território da comarca do Juízo da Execução, sem prévia autorização deste.

§ 2º - Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:

- a) não mudar de residência sem comunicação ao juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
- b) recolher-se à habitação em hora fixada;

c) não freqüentar determinados lugares.

Art. 133 - Se for permitido ao liberado residir fora da comarca do Juízo da Execução, remeter-se-á cópia da sentença do livramento ao juízo do lugar para onde ele se houver transferido e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção.

Art. 134 - O liberado será advertido da obrigação de apresentar-se imediatamente às autoridades referidas no artigo anterior.

Art. 135 - Reformada a sentença denegatória do livramento, os autos baixarão ao Juízo da Execução, para as providências cabíveis.

Art. 136 - Concedido o benefício, será expedida a carta de livramento com a cópia integral da sentença em duas vias, remetendo-se uma à autoridade administrativa incumbida da execução e outra ao Conselho Penitenciário.

Art. 137 - A cerimônia do livramento condicional será realizada solenemente no dia marcado pelo presidente do Conselho Penitenciário, no estabelecimento onde está sendo cumprida a pena, observando-se o seguinte:

I - a sentença será lida ao liberando, na presença dos demais condenados, pelo presidente do Conselho Penitenciário ou membro por ele designado, ou, na falta, pelo juiz;

II - a autoridade administrativa chamará a atenção do liberando para as condições impostas na sentença de livramento;

III - o liberando declarará se aceita as condições.

§ 1º - De tudo, em livro próprio, será lavrado termo subscrito por quem presidir a cerimônia e pelo liberando, ou alguém a seu rogo, se não souber ou não puder escrever.

§ 2º - Cópia desse termo deverá ser remetida ao juiz da execução.

Art. 138 - Ao sair o liberado do estabelecimento penal, ser-lhe-á entregue, além do saldo de seu pecúlio e do que lhe pertencer, uma caderneta, que exhibirá à autoridade judiciária ou administrativa, sempre que lhe for exigida.

§ 1º - A caderneta conterá:

a) a identificação do liberado;

b) o texto impresso do presente Capítulo;

c) as condições impostas.

§ 2º - Na falta de caderneta, será entregue ao liberado um salvo-conduto, em que constem as condições do livramento, podendo substituir-se a ficha de identificação ou o seu retrato pela descrição dos sinais que possam identificá-lo.

§ 3º - Na caderneta e no salvo-conduto deverá haver espaço para consignar-se o cumprimento das condições referidas no art. 132 desta Lei.

Art. 139 - A observação cautelar e a proteção realizadas por serviço social penitenciário, Patronato ou Conselho da Comunidade terão a finalidade de:

I - fazer observar o cumprimento das condições especificadas na sentença concessiva do benefício;

II - proteger o beneficiário, orientando-o na execução de suas obrigações e auxiliando-o na obtenção de atividade laborativa.

Parágrafo único - A entidade encarregada da observação cautelar e da proteção do liberado apresentará relatório ao Conselho Penitenciário, para efeito da representação prevista nos arts. 143 e 144 desta Lei.

Art. 140 - A revogação do livramento condicional dar-se-á nas hipóteses previstas nos arts. 86 e 87 do Código Penal.

Parágrafo único - Mantido o livramento condicional, na hipótese da revogação facultativa, o juiz deverá advertir o liberado ou agravar as condições.

Art. 141 - Se a revogação for motivada por infração penal anterior à vigência do livramento, computar-se-á como tempo de cumprimento da pena o período de prova, sendo permitida, para a concessão de novo livramento, a soma do tempo das duas penas.

Art. 142 - No caso de revogação por outro motivo, não se computará na pena o tempo em que esteve solto o liberado, e tampouco se concederá, em relação à mesma pena, novo livramento.

Art. 143 - A revogação será decretada a requerimento do Ministério Público, mediante representação do Conselho Penitenciário, ou de ofício, pelo juiz, ouvido o liberado.

Art. 144 - O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou mediante representação do Conselho Penitenciário, e ouvido o liberado, poderá modificar as condições especificadas na sentença, devendo o respectivo ato decisório ser lido ao liberado por uma das autoridades ou funcionários indicados no inciso I do art. 137 desta Lei, observado o disposto nos incisos II e III e §§ 1º e 2º do mesmo artigo.

Art. 145 - Praticada pelo liberado outra infração penal, o juiz poderá ordenar a sua prisão, ouvidos o Conselho Penitenciário e o Ministério Público, suspendendo o curso do livramento condicional, cuja revogação, entretanto, ficará dependendo da decisão final.

Art. 146 - O juiz, de ofício, a requerimento do interessado, do Ministério Público, mediante representação do Conselho Penitenciário, julgará extinta a pena privativa de liberdade, se expirar o prazo do livramento sem revogação.

CAPÍTULO II

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 147 - Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direito, o juiz de execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.

Art. 148 - Em qualquer fase da execução, poderá o juiz, motivadamente, alterar a forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana, ajustando-as às condições pessoais do condenado e às características do estabelecimento, da entidade ou do programa comunitário ou estatal.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Art. 149 - Caberá ao juiz da execução:

I - designar a entidade ou programa comunitário ou estatal, devidamente credenciado ou convencionado, junto ao qual o condenado deverá trabalhar gratuitamente, de acordo com as suas aptidões;

II - determinar a intimação do condenado, cientificando-o da entidade, dias e horário em que deverá cumprir a pena;

III - alterar a forma de execução, a fim de ajustá-la às modificações ocorridas na jornada de trabalho.

§ 1º - O trabalho terá a duração de 8 (oito) horas semanais e será realizado aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho, nos horários estabelecidos pelo juiz.

§ 2º - A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

Art. 150 - A entidade beneficiada com a prestação de serviços encaminhará mensalmente, ao juiz da execução, relatório circunstanciado das atividades do condenado, bem como, a qualquer tempo, comunicação sobre ausência ou falta disciplinar.

SEÇÃO III

DA LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA

Art. 151 - Caberá ao juiz da execução determinar a intimação do condenado, cientificando-o do local, dias e horário em que deverá cumprir a pena.

Parágrafo único - A execução terá início a partir da data do primeiro comparecimento.

Art. 152 - Poderão ser ministrados ao condenado, durante o tempo de permanência, cursos e palestras, ou atribuídas atividades educativas.

Art. 153 - O estabelecimento designado encaminhará, mensalmente, ao juiz da execução, relatório, bem assim comunicará, a qualquer tempo, a ausência ou falta disciplinar do condenado.

SEÇÃO IV

DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS

Art. 154 - Caberá ao juiz da execução comunicar à autoridade competente a pena aplicada, determinada a intimação do condenado.

§ 1º - Na hipótese de pena de interdição do art. 47, I, do Código Penal, a autoridade deverá, em 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento do ofício, baixar ato, a partir do qual a execução terá seu início.

§ 2º - Nas hipóteses do art. 47, II e III, do Código Penal, o Juízo da Execução determinará a apreensão dos documentos, que autorizam o exercício do direito interditado.

Art. 155 - A autoridade deverá comunicar imediatamente ao juiz da execução o descumprimento da pena.

Parágrafo único - A comunicação prevista neste artigo poderá ser feita por qualquer prejudicado.

CAPÍTULO III

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL

Art. 156 - O juiz poderá suspender, pelo período de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, na forma prevista nos arts. 77 a 82 do Código Penal.

Art. 157 - O juiz ou tribunal, na sentença que aplicar pena privativa de liberdade, na situação determinada no artigo anterior, deverá pronunciar-se, motivadamente, sobre a suspensão condicional, quer a conceda, quer a denegue.

Art. 158 - Concedida a suspensão, o juiz especificará as condições a que fica sujeito o condenado, pelo prazo fixado, *começando este a correr da audiência prevista no art. 160 desta Lei.*

§ 1º - As condições serão adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado, devendo ser incluída entre as mesmas a de prestar serviços à comunidade, ou limitação de fim de semana, salvo hipótese do art. 78, § 2º, do Código Penal.

§ 2º - O juiz poderá, a qualquer tempo, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, ouvido o condenado.

§ 3º - A fiscalização do cumprimento das condições, regulada nos Estados, Territórios e Distrito Federal por normas supletivas, será atribuída a serviço social penitenciário, Patronato, Conselho da Comunidade ou instituição beneficiada com a prestação de serviços, inspecionados pelo Conselho Penitenciário, pelo Ministério Público, ou ambos, devendo o juiz da execução suprir, por ato, a falta das normas supletivas.

§ 4º - O beneficiário, ao comparecer periodicamente à entidade fiscalizadora, para comprovar a observância das condições a que está sujeito, comunicará, também, a sua ocupação e os salários ou proventos de que vive.

§ 5º - A entidade fiscalizadora deverá comunicar imediatamente ao órgão de inspeção, para os fins legais, qualquer fato capaz de acarretar a revogação do benefício, a prorrogação do prazo ou a modificação das condições.

§ 6º - Se for permitido ao beneficiário mudar-se, será feita comunicação ao juiz e à entidade fiscalizadora do local da nova residência, aos quais o primeiro deverá apresentar-se imediatamente.

Art. 159 - Quando a suspensão condicional da pena for concedida por tribunal, a este caberá estabelecer as condições do benefício.

§ 1º - De igual modo proceder-se-á quando o tribunal modificar as condições estabelecidas na sentença recorrida.

§ 2º - O tribunal, ao conceder a suspensão condicional da pena, poderá, todavia, conferir ao Juízo da Execução a incumbência de estabelecer as condições do benefício, e, em qualquer caso, a de realizar a audiência admonitória.

Art. 160 - Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz a lerá ao condenado, em audiência, advertindo-o das *conseqüências de nova infração penal e do descumprimento das condições impostas.*

Art. 161 - Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de 20 (vinte) dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.

Art. 162 - A revogação da suspensão condicional da pena e a prorrogação do período de prova dar-se-ão na forma do art. 81 e respectivos parágrafos do Código Penal.

Art. 163 - A sentença condenatória será registrada, com a nota de suspensão, em livro especial do juízo a que couber a execução da pena.

§ 1º - Revogada a suspensão ou extinta a pena, será o fato averbado à margem do registro.

§ 2º - O registro e a averbação serão sigilosos, salvo para efeito de informações requisitadas por órgão judiciário ou pelo Ministério Público, para instruir processo penal.

CAPÍTULO IV

DA PENA DE MULTA

Art. 164 - Extraída certidão da sentença condenatória com trânsito em julgado, que valerá como título executivo judicial, o Ministério Público requererá, em autos apartados, a citação do condenado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar o valor da multa ou nomear bens à penhora.

§ 1º - Decorrido o prazo sem o pagamento da multa, ou o depósito da respectiva importância, proceder-se-á à penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

§ 2º - A nomeação de bens à penhora e a posterior execução seguirão o que dispuser a lei processual civil.

Art. 165 - Se a penhora recair em bem imóvel, os autos apartados serão remetidos ao juízo cível para prosseguimento.

Art. 166 - Recaindo a penhora em outros bens, dar-se-á prosseguimento nos termos do § 2º do art. 164 desta Lei.

Art. 167 - A execução da pena de multa será suspensa quando sobrevier ao condeado doença mental (art. 52 do Código Penal).

Art. 168 - O juiz poderá determinar que a cobrança da multa se efetue mediante desconto no vencimento ou salário do condenado, nas hipóteses do art. 50, § 1º, do Código Penal, observando-se o seguinte:

I - o limite máximo do desconto mensal será o da quarta parte da remuneração e o mínimo o de um décimo;

II - o desconto será feito mediante ordem do juiz a quem de direito;

III - o responsável pelo desconto será intimado a recolher mensalmente, até o dia fixado pelo juiz, a importância determinada.

Art. 169 - Até o término do prazo a que se refere o art. 164 desta Lei, poderá o condenado requerer ao juiz o pagamento da multa em prestações mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º - O juiz, antes de decidir, poderá determinar diligências para verificar a real situação econômica do condenado e, ouvido o Ministério Público, fixará o número de prestações.

§ 2º - Se o condenado for impositivo ou se melhorar de situação econômica, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, revogará o benefício executando-se a multa, na forma prevista neste Capítulo, ou prosseguindo-se na execução já iniciada.

Art. 170 - Quando a pena de multa for aplicada cumulativamente com pena privativa da liberdade, enquanto esta estiver sendo executada, poderá aquela ser cobrada mediante desconto na remuneração do condenado (art. 168).

§ 1º - Se o condenado cumprir a pena privativa de liberdade ou obtiver livramento condicional, sem haver resgatado a multa, far-se-á a cobrança nos termos deste Capítulo.

§ 2º - Aplicar-se-á o disposto no parágrafo anterior aos casos em que for concedida a suspensão condicional da pena.

TÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 171 - Transitada em julgado a sentença que aplicar medida de segurança, será ordenada a expedição de guia para a execução.

Art. 172 - Ninguém será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, ou submetido a tratamento ambulatorial, para cumprimento de medida de segurança, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

Art. 173 - A guia de internamento ou de tratamento ambulatorial, extraída pelo escrivão, que a rubricará em todas as folhas e a subscreverá com o juiz, será remetida à autoridade administrativa incumbida da execução e conterá:

I - a qualificação do agente e o número do registro geral do órgão oficial de identificação;

II - o inteiro teor da denúncia e da sentença que tiver aplicado a medida de segurança, bem como a certidão do trânsito em julgado;

III - a data em que terminará o prazo mínimo de internação, ou do tratamento ambulatorial;

IV - outras peças do processo reputadas indispensáveis ao adequado tratamento ou internamento.

§ 1º - Ao Ministério Público será dada ciência da guia de recolhimento e de sujeição a tratamento.

§ 2º - A guia será retificada sempre que sobrevier modificação quanto ao prazo de execução.

Art. 174 - Aplicar-se-á, na execução da medida de segurança, naquilo que couber, o disposto nos arts. 8º e 9º desta Lei.

CAPÍTULO II

DA CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE

Art. 175 - A cessação da periculosidade será averiguada no fim do prazo mínimo de duração da medida de segurança, pelo exame das condições pessoais do agente, observando-se o seguinte:

I - a autoridade administrativa, até 1 (um) mês antes de expirar o prazo de duração mínima da medida, remeterá ao juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida;

II - o relatório será instruído com o laudo psiquiátrico;

III - juntado aos autos o relatório ou realizadas as diligências, serão ouvidos, sucessivamente, o Ministério Público e o curador ou defensor, no prazo de 3 (três) dias para cada um;

IV - o juiz nomeará curador ou defensor para o agente que não o tiver;

V - o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências, ainda que expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

VI - ouvidas as partes ou realizadas as diligências a que se refere o inciso anterior, o juiz proferirá a sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 176 - Em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade, procedendo-se nos termos do artigo anterior.

Art. 177 - Nos exames sucessivos para verificar-se a cessação da periculosidade, observar-se-á, no que lhes for aplicável, o disposto no artigo anterior.

Art. 178 - Nas hipóteses de desinternação ou de liberação (art. 97, § 3º, do Código Penal), aplicar-se-á o disposto nos arts. 132 e 133 desta Lei.

Art. 179 - Transitada em julgado a sentença, o juiz expedirá ordem para a desinformação ou a liberação.

TÍTULO VII

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO I

DAS CONVERSÕES

Art. 180 - A pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser convertida em restritiva de direitos, desde que:

I - o condenado a esteja cumprindo em regime aberto;

II - tenha sido cumprido pelo menos um quarto da pena;

III - os antecedentes e a personalidade do condenado indiquem ser a conversão recomendável.

Art. 181 - A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do art. 45 e seus incisos do Código Penal.

§ 1º - A pena de prestação de serviços à comunidade será convertida quando o condenado:

a) não for encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, ou desatender a intimação por edital;

b) não comparecer, injustificadamente, à entidade ou programa em que deva prestar serviço;

c) recusar-se, injustificadamente, a prestar o serviço que lhe foi imposto;

d) praticar falta grave;

e) sofrer condenação por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa.

§ 2º - A pena de limitação de fim de semana será convertida quando o condenado não comparecer ao estabelecimento designado para o cumprimento da pena, recusar-se a exercer a atividade determinada pelo juiz ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras a, d e e do parágrafo anterior.

§ 3º - A pena de interdição temporária de direitos será convertida quando o condenado exercer, injustificadamente, o direito interditado ou se ocorrer qualquer das hipóteses das letras a e e do § 1º deste artigo.

Art. 182 - (Revogado pela Lei n.º 9.268, de 01-04-1996).

Art. 183 - Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança.

Art. 184 - O tratamento ambulatorial poderá ser convertido em internação se o agente revelar incompatibilidade com a medida

Parágrafo único - Nesta hipótese, o prazo mínimo de internação será de 1 (um) ano.

CAPÍTULO II

DO EXCESSO OU DESVIO

Art. 185 - Haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares.

Art. 186 - Podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução:

I - o Ministério Público;

II - o Conselho Penitenciário;

III - o sentenciado;

IV - qualquer dos demais órgãos da execução penal.

CAPÍTULO III

DA ANISTIA E DO INDULTO

Art. 187 - Concedida a anistia, o juiz, de ofício, a requerimento do interessado ou do Ministério Público, por proposta da autoridade administrativa ou do Conselho Penitenciário, declarará extinta a punibilidade.

Art. 188 - O indulto individual poderá ser provocado por petição do condenado, por iniciativa do Ministério Público, do Conselho Penitenciário, ou da autoridade administrativa.

Art. 189 - A petição do indulto, acompanhada dos documentos que a instruírem, será entregue ao Conselho Penitenciário, para a elaboração de parecer e posterior encaminhamento ao Ministério da Justiça.

Art. 190 - O Conselho Penitenciário, à vista dos autos do processo e do prontuário, promoverá as diligências que entender necessárias e fará, em relatório, a narração do ilícito penal e dos fundamentos da sentença condenatória, a exposição dos antecedentes do condenado e do procedimento deste depois da prisão, emitindo seu parecer sobre o mérito do pedido e esclarecendo qualquer formalidade ou circunstâncias omitidas na petição.

Art. 191 - Processada no Ministério da Justiça com documentos e o relatório do Conselho Penitenciário, a petição será submetida a despacho do Presidente da República, a quem serão presentes os autos do processo ou a certidão de qualquer de suas peças, se ele o determinar.

Art. 192 - Concedido o indulto e anexada aos autos cópia do decreto, o juiz declarará extinta a pena ou ajustará a execução aos termos do decreto, no caso de comutação.

Art. 193 - Se o sentenciado for beneficiado por indulto coletivo, o juiz, de ofício, a requerimento do interessado, do Ministério Público, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa, providenciará de acordo com o disposto no artigo anterior.

TÍTULO VIII

DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

Art. 194 - O procedimento correspondente às situações previstas nesta Lei será judicial, desenvolvendo-se perante o Juízo da Execução.

Art. 195 - O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o represente, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou, ainda, da autoridade administrativa.

Art. 196 - A portaria ou petição será autuada ouvindo-se, em 3 (três) dias, o condenado e o Ministério Público, quando não figurem como requerentes da medida.

§ 1º - Sendo desnecessária a produção de prova, o juiz decidirá de plano, em igual prazo.

§ 2º - Entendendo indispensável a realização de prova pericial ou oral, o juiz a ordenará, decidindo após a produção daquela ou na audiência designada.

Art. 197 - Das decisões proferidas pelo juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 198 - É defesa ao integrante dos órgãos da execução penal, e ao servidor, a divulgação de ocorrência que perturbe a segurança e a disciplina dos estabelecimentos, bem como exponha o preso a inconveniente notoriedade, durante o cumprimento da pena.

Art. 199 - O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.

Art. 200 - O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.

Art. 201 - Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da Cadeia Pública.

Art. 202 - Cumprida ou extinta a pena, não constarão da folha corrida, atestados ou certidões fornecidas por autoridade policial ou por auxiliares da Justiça, qualquer notícia ou referência à condenação, salvo para instruir processo pela prática de nova infração penal ou outros casos expressos em lei.

Art. 203 - No prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei, serão editadas as normas complementares ou regulamentares, necessárias à eficácia dos dispositivos não auto-aplicáveis.

§ 1º - Dentro do mesmo prazo deverão as unidades federativas, em convênio com o Ministério da Justiça, projetar a adaptação, construção e equipamento de estabelecimentos e serviços penais previstos nesta Lei.

§ 2º - Também, no mesmo prazo, deverá ser providenciada a aquisição ou desapropriação de prédios para instalação de casas de albergados.

§ 3º - O prazo a que se refere o caput deste artigo poderá ser ampliado, por ato do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, mediante justificada solicitação, instruída com os projetos de reforma ou de construção de estabelecimentos.

§ 4º - O descumprimento injustificado dos deveres estabelecidos para as unidades federativas implicará na suspensão de qualquer ajuda financeira a elas destinada pela União, para atender às despesas de execução das penas e medidas de segurança.

Art. 204 - Esta Lei entra em vigor concomitantemente com a lei de reforma da Parte Geral do Código Penal, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de 1957.

Brasília, em 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO